

Introdução

A singularidade da pequena aldeia de Santa Margarida da Serra revela-se através de uma ambiência muito própria, que nos transporta para um passado distante, sentindo-se esta nos montes construídos em taipa, nas ruas silenciosas que gritam o burburinho de antigamente, nas fontes que continuam a jorrar águas límpidas, na ermida que mantém o alvo traçado original, na praça que permanece com o eco das festas de outros tempos, na vida vibrante dos montados, ...!

As gentis gentes, de idade avançada, que aqui continuam a habitar pelo amor à terra ou pela incapacidade financeira de se fixarem em locais com infraestruturas de saúde e comerciais, e às quais têm dificuldade em aceder por falta de transportes com horários compatíveis ou dificuldades de mobilidade, são o repositório das memórias e vivências desta localidade, que urge documentar para preservar.

Esta é mais uma aldeia que sofre da enfermidade que assola o interior do país, a desertificação humana, a qual avança sobre as comunidades e ao ritmo do abandono das localidades e do desaparecimento dos mais idosos cresce impiedosa deixando que o tempo destrua o património edificado e apague a sua identidade e memória.

As políticas do Estado Novo para o desenvolvimento da indústria, em sequência das terríveis contingências impostas pela segunda guerra mundial e pelo bloqueio económico, a falta de investimento na agricultura, a mecanização agrícola, a procura de melhores salários e condições de vida mais condignas, levaram a movimentos migratórios, tanto em direção às cidades industrializadas como para o estrangeiro, o que teve como consequência o abandono dos campos. Isto traduziu-se em grandes problemas para as pequenas comunidades do interior, pois a renovação da população deixou de efetuar-se levando ao progressivo despovoamento de localidades, que em tempos estiveram vibrantes de vida. Estas, pelas circunstâncias apontadas, não conseguiram desenvolver o seu tecido económico e empresarial restando, essencialmente, como meio de sobrevivência a agricultura de subsistência, facto que

constitui uma barreira quase inultrapassável quando se trata da fixação de novos habitantes.

O desenvolvimento das comunidades ao nível económico, social e cultural e da fixação da população e atração de novos moradores é um problema que tem suscitado preocupação na sociedade, pelo que também no âmbito museológico se têm vindo a elaborar e a desenvolver projetos com a finalidade de uma revitalização sustentada, de algumas destas localidades, com base no património material, imaterial e natural.

Estes projetos são essencialmente virados para o turismo, o que muitas vezes leva a um manter artificial das atividades tradicionais, mas quando a partir destas se criam produtos inovadores que entram na rotina da comunidade estamos perante a tradição que se reinventa e se adapta permitindo a sua sobrevivência. Este é um processo normal que se tem verificado ao longo da história, a adaptação as novas realidades através de alterações introduzidas nos costumes satisfaz novas necessidades e possibilita a sua conservação ao longo das gerações.

As Aldeias do Xisto são um bom exemplo de um projeto bem sucedido na recuperação e valorização do património arquitetónico construído, na dinamização do comércio, artes e ofícios tradicionais e na preservação da paisagem envolvente, que teve na sua génese a preocupação de melhorar a qualidade de vida das populações e inverter a tendência do despovoamento de uma região.

De acordo com o que é referido no site¹ *“Com o projecto Rede das Aldeias do Xisto, esta zona da Região Centro começa a abandonar o estigma da desertificação humana, do flagelo dos fogos florestais, da inércia do sector privado e da falta de identidade regional. Hoje este território oferece uma marca diferenciadora e identitária, que promove os valores únicos do território, a sua oferta turística e os serviços e produtos dos seus parceiros através de um calendário de eventos culturais únicos, criativos e directamente ligados às tradições locais.”*

¹ www.aldeiasdoxisto.pt/institucional/9/5

Embora o trabalho que se pretende desenvolver seja materializável em ambiente Web, e se refira a um museu virtual, este não deixa de ser, em certa medida, também um projeto que tem no seu âmago uma preocupação com o desenvolvimento da comunidade de Santa Margarida da Serra. Ambiciona-se mesmo que venha a atuar como elemento de motivação para a elaboração de um projeto, aplicável no terreno, semelhante ao anteriormente citado. Pois ao longo dos tempos os museus foram ganhando elevado reconhecimento ao nível mundial tornando-se entidades privilegiadas que são encaradas como potenciadoras de progresso, e muitas vezes de regeneração, de uma localidade ou região, atuando como fortes elementos de atração turística podendo levar ao desenvolvimento sustentado de uma comunidade.

Este será um museu virtual de território abrangendo uma região delimitada, uma comunidade e o seu património. A cultura que atua como elo entre estas três variáveis permitiu uma coesão identitária a esta população, que foi também influenciada pelo espaço geográfico onde habita e a interação que estabeleceram entre si e o meio envolvente. As influências exteriores foram desconstruídas e trabalhadas no seio deste grupo para poderem ser apropriadas e incorporadas na sua vida diária, introduzindo-se assim elementos estranhos à sua cultura mas que ao serem modelados permitiram o seu enriquecimento e mesmo a sobrevivência de tradições arcaicas.

São cada vez mais os museus físicos que criam sites baseados nas suas instalações, investigação, estudos e coleções, permitindo assim que um vasto universo de pessoas possa aceder aos seus conteúdos a partir da comodidade de sua casa, e usufruam de uma experiência e aquisição de conhecimentos aos quais não poderiam aceder por incapacidade de se deslocarem ao próprio museu. Este será um meio de democratização do acesso à cultura, no entanto, nunca terá o mesmo impacto de uma visita real por mais avançados que sejam os conteúdos e a tecnologia utilizada. São realidades diferentes que se complementam quando se podem efetuar as duas visitas (virtual e real), tornando-se a experiência globalmente mais satisfatória.

Os museus virtuais são em menor número do que os sites dos museus físicos, pois embora partam de bens culturais materiais ou baseados neles não têm um espaço físico onde se concentrem as coleções e os meios humanos para a sua investigação, estudo, incorporação e elaboração de exposições e outros materiais de divulgação. Contudo, se

estes forem baseados na pesquisa científica e construídos de forma apelativa tornam-se espaços museais digitais de reconhecida qualidade e a que acedem públicos mundiais.

Porquê esta localidade e um museu virtual?

Além do ambiente, das gentes e do avanço acelerado do despovoamento desta localidade, existem outros fatores que se apresentam como cruciais para a realização deste projeto, e que são o património e as tradições desta comunidade que devem ser registadas para que não desapareçam sem deixar vestígios, sendo que a sua preservação e manutenção, nas circunstâncias atuais, se tornam muito difíceis de serem alcançadas. Considera-se ainda que é urgente chamar a atenção de particulares e entidades para esta dramática situação, apostando-se que a tomada de consciência da realidade fomentará a vontade de agir e estimulará as sinergias necessárias á implementação de projetos para a revitalização deste local.

Esta localidade apresenta ainda uma peculiaridade que a torna bastante interessante, ao mesmo tempo que as alterações sociais, económicas e culturais levaram à saída da maioria da população e ao conseqüente envelhecimento generalizado dos que permaneceram, este foi um dos fatores que permitiu que a principal característica da aldeia não se alterasse profundamente: a sua constituição por Montes Alentejanos, pois houve uma grande redução da procura de moradias e naturalmente a quase total estagnação da construção de novas casas. Manter esta interessante particularidade, que lhe dá uma entidade própria, torna-se um grande desafio quando é urgente conseguir a sua revitalização, pois entidades e particulares que, eventualmente, pretendam realizar este intento podem não ter a sensibilidade e consciência que este é um fator determinante para o sucesso de qualquer projeto que se venha a desenvolver.

Desde o início, o objetivo era elaborar um trabalho que pudesse ajudar, de alguma forma, a aldeia de Santa Margarida da Serra. Entre outras hipóteses, o museu virtual surgiu como a que tinha maiores probabilidades de ser executável atendo que necessita de menores recursos humanos e financeiros em comparação com a implantação de um projeto real, e tendo ainda a vantagem de ser o mais abrangente por permitir chegar a um vastíssimo e diversificado público. Os projetos que necessitam de intervenção física,

por mais pequenos que sejam, precisam para a sua concretização de consideráveis meios técnicos, humanos, financeiros e longos processos burocráticos.

O museu virtual para este território terá dois objetivos fundamentais:

Primeiro – Servir como meio para uma pesquisa, estudo, registo, divulgação e se possível preservação continuados do património e cultura de Santa Margarida da Serra. Se este trabalho não for efetuado irá perder-se, irremediavelmente, um manancial de informação fundamental para conhecer as características identitárias e as memórias destas gentes, pois quase todos têm uma idade muito avançada e não têm laços de parentesco de proximidade que permitam a sua transmissão.

Segundo – Que atue como incentivador do desenvolvimento de projetos no terreno que permitam a revitalização desta localidade, e também como instrumento de sensibilização para a necessidade de preservar e manter as principais características desta terra, pois estas são a base diferenciadora que tem implícita as grandes forças de atração, e que servirão como foco para trazer pessoas para este espaço quer sejam turistas ou futuros residentes.

Os projetos de valorização, recuperação e requalificação de um território só serão bem sucedidos se desde o início a população estiver envolvida e participe ativamente no seu desenvolvimento. A possibilidade de todos serem participantes ativos e sentirem que de facto são fundamentais para a obtenção de bons resultados, faz com que estes projetos sejam apropriados e tenham maiores probabilidades de serem concretizados com êxito.

Foi partindo deste pressuposto que se considerou que uma das principais metodologias a utilizar neste trabalho passava por ir para o terreno tentar perceber por dentro esta comunidade e a sua cultura, e explicar-lhes o que se pretendia. Assim, além das entrevistas realizadas, alugou-se um monte, entre os meses de maio e agosto de 2010, que teve como principal objetivo uma maior aproximação com a população, para melhor interiorizar e perceber a sua forma de ver e estar na vida. O acolhimento foi magnífico e a abertura para transmitir como é e como foi habitar ali em outros tempos, como se processou e processa o relacionamento na comunidade e que mãos transformaram o espaço e interagiram com a natureza de forma sábia, surgiu com uma

naturalidade espantosa. Este processo não se encontra acabado pois é necessário voltar periodicamente e mostrar a evolução do projeto, estimulando o seu interesse e participação. Embora as novas tecnologias possam não estar presentes na vida da quase totalidade dos habitantes desta aldeia, isso não os impede de perceber que existem vantagens em registar e divulgar os seus conhecimentos e o património da sua terra.

Outros métodos utilizados, e não menos importantes, foram o levantamento bibliográfico específico sobre esta localidade e outros que a ela se referissem, mesmo que de forma indireta, para a melhor entender e à sua população. Ainda, com o mesmo propósito, foi efetuada uma pesquisa no arquivo da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Serra. E como não podia deixar de ser foi consultada bibliografia relacionada com a temática museológica, sobretudo a relacionada com os museus físicos e virtuais, programas museológicos, a evolução dos museus e o património material, imaterial e natural assim como legislação aplicável. Procedeu-se também à análise das estruturas e conteúdos de diferentes tipologias de museus virtuais, para se ter a noção de como executar o museu virtual de Santa Margarida da Serra.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, o primeiro debruça-se sobre a evolução dos museus desde as primeiras coleções até ao museu virtual, a noção geral do que é o património e a sua importância para a sociedade atual e o reconhecimento por instituições internacionais da sua relevância. O percurso deste no contexto português e a sua valorização, acompanhada de legislação de salvaguarda, do património natural e imaterial. Como o museu virtual a criar terá uma componente de registo e compreensão do património intangível da comunidade de Santa Margarida da Serra era necessário entender o que é a memória e a identidade pelo que se tentou clarificar este assunto.

O segundo capítulo refere-se aos museus virtuais e procura perceber quais as vantagens e desvantagens e problemáticas associadas a esta nova forma de entender a museologia. Como são muito recentes, apareceram na década de noventa do século XX, suscitam grandes controvérsias sobre o seu conceito e se os sites museológicos podem ou não ser considerados museus. Ainda, neste capítulo é elaborada uma síntese das principais características do museu sobre o qual trata o presente trabalho.

No terceiro capítulo encontra-se o resumo histórico e evolução da população de Santa Margarida da Serra. A caracterização deste território do ponto de vista do clima, da geologia, da vegetação, da fauna e do património construído. Neste é também efetuado um apontamento sobre os recursos hídricos por serem escassos, mas fundamentais para o desenvolvimento desta comunidade.

O quarto capítulo é sobre o programa museológico do museu virtual e neste é definido a missão, vocação e objetivos a desenvolver, assim como são identificados os bens culturais sobre os quais o museu irá trabalhar e como ficarão organizadas as grandes áreas das coleções. É definido o público-alvo e as formas do seu estudo e avaliação, os moldes como serão trabalhadas as funções museológicas, sendo ainda determinados os instrumentos de gestão e avaliação e a estrutura do site do museu.

No quinto capítulo são apresentados modelos da estrutura e conteúdos do museu virtual para que exista uma visão geral do aspeto que poderá ter. Nestes exemplos práticos podem ser encontradas páginas de inventário de objetos e de património construído, de exposições, de um núcleo museológico, do espaço dos serviços educativos entre outros.

Capítulo I

A origem e evolução dos museus, património e identidade

1.1– Os Museus – das primeiras coleções ao mundo virtual

1.1 .1– Das primeiras coleções aos museus do século XIX

Sendo a coleção ou as coleções entendidas como o suporte fundamental da existência do museu, será através do entendimento da forma como estas apareceram e se desenvolveram que se conseguirá traçar grande parte do percurso das instituições museológicas. Cooper citado por (Herdanandez, 1998, p.13) refere que se pode afirmar que:

“...el coleccionismo se há venido desarrollando a largo de todas las etapas históricas, considerándose como el origen de los museos. Es evidente que el hecho de coleccionar obras de arte es tan antiguo como la noción de propiedad individual y há sido fomentado por todas las culturas e Instituciones”.

Na origem do colecionismo estão motivos de ordem religiosa, política, o prestígio social, o amor pela arte, a preservação de coisas do passado, os saques de guerra entre outros. A verdade é que por uma razão ou por outra o homem tem preservado ao longo de séculos esta apetência, que continua muito viva e dinâmica, não sendo raro surgirem museus com base em coleções de particulares.

O colecionismo tem passado ao longo da história por protagonistas e formas diferentes de ser efetuado o que facilita o seu traçado evolutivo. Alguns autores referem que este terá surgido no Antigo Oriente, tendo por base um documento sobre o saque da Babilónia, de 1176 a. C., em que o espólio saqueado foi exposto publicamente. No Egito este terá sido efetuado pelos faraós e sacerdotes que mandaram produzir obras de arte para colocarem nos palácios, templos e túmulos.

O termo *Museion* surge na Grécia e era aplicado aos templos dedicados às musas mitológicas e às escolas filosóficas e de investigação científica, que tinham, também musas protetoras das artes e das ciências. Nos recintos sagrados guardavam-se e

expunham-se obras de arte. A palavra *museum* aparece na cultura romana e designava um lugar onde se reuniam os filósofos. Apesar de esta não se aplicar a coleções de arte os romanos adquiriram grandes quantidades de obras, através dos saques de guerra e de aquisições, pois estas permitiam grande prestígio social.

Na idade média, na sequência da queda do império romano, surgem na Europa novas culturas e começam a ser colecionados objetos que se entendiam como tesouros (manuscritos, relicários, pedras preciosas e outros) que eram guardados nas igrejas, nas catedrais e mosteiros. A partir do século XV o conceito de tesouro baseado no valor material e simbólico das peças sofre uma evolução e começa-se a perceber o seu valor artístico, documental e histórico.

Durante o renascimento existe uma revalorização do mundo clássico e das culturas antigas e efetuam-se viagens ao Oriente, Grécia e Egito. As coleções surgem como elemento de prestígio e grandes famílias italianas, papas e reis reúnem grandes quantidades de obras de arte e objetos do mundo natural, como espécies botânicas zoológicas e minerais, existindo uma diferenciação entre o que é produzido pelo homem (*artificialia*) e as coisas da natureza (*naturalia*). Este movimento estende-se pela Europa, e na França surgem os gabinetes de curiosidades, onde se guardavam objetos raros e preciosos. Na segunda metade do século XVI e parte do XVII aparecem em Praga, Munique, Desdren, Innsbruck (palácio de Ambras), as câmaras artísticas que tinham coleções muito variadas, os objetos eram guardados em armários de madeira e estavam classificados segundo a natureza e a técnica. É, ainda durante este período que se formam as grandes coleções das casas reais da Europa, a partir das quais surgem os grandes museus europeus.

Em 1683, foi construído um edifício para albergar o primeiro museu (Ashmolean Museum de Oxford) organizado como instituição pública. A coleção eclética, deste museu, tinha pertencido à família Tradescant que com a morte do último herdeiro passou para a família Ashmole, que a legou à Universidade de Oxford. Para este foi nomeado um conservador com a finalidade de elaborar um catálogo, e em 1713 foi redigido um regulamento que completou outras normas existentes para a sua administração. Este tinha também inventários, horário de abertura e venda de ingressos, cujo valor variava de acordo com o tempo de visita e com o género de visitantes, como

por exemplo grupos. Apesar de tudo não foi a sua criação, mas a do Museu do Louvre, cerca de um século depois, que serviu como referência para a criação dos Museus Nacionais Europeus.

No século XIX, assiste-se à expansão dos museus e surgem alguns dos maiores museus do mundo, como o museu do Prado, na Espanha, o primeiro museu histórico, disposto cronologicamente, na Dinamarca, o Museu de Versalhes fundado pelo rei Luís Filipe, em França, o Museu Mauritshuis, na Holanda, o Museu Americano de Historia Natural e o Museu Metropolitano de Arte, em Nova Iorque, entre outros. Nesta altura a preocupação das instituições museológicas era o incremento das coleções, a sua guarda e que pudessem ser contempladas pelo público, não existindo meios didáticos nas exposições. Eram locais de carácter quase sagrado e símbolo da identidade cultural de um povo, ao museu ia-se, apenas para admirar a obra de arte. Ainda, neste século a multiplicação e continuada expansão das coleções levou à necessidade de se criarem museus especializados em determinadas áreas do conhecimento, como o Museu da Ciência de Londres e o Museu Tecnológico em Viena. Surgem os museus de ar livre, que pretendem a preservação de edificações típicas e históricas e da cultura de determinada época.

1.1.2– A museologia do século XX e XXI

Até meados do século XX, os museus e as coleções que exponham eram caracterizados pela passividade perante a sociedade, a partir desta altura estas instituições entram numa crise conceptual procurando-se o aprofundamento científico da sua definição e as potencialidades da atuação ativa e educativa. A primeira definição oficial de museu surge no Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946. Nos seus estatutos de 1947, no artigo 3.º estipula-se que *“se reconhece a qualidade de museu a toda a instituição permanente que conserva e apresenta colecções de objectos de carácter cultural ou científico com fins de estudo, educação e deleite”*, esta teve reflexos na prática e na política museológica em diversos países.

No seminário da Unesco, de 1958, no Rio de Janeiro, analisou-se em profundidade questões relacionadas com os museus, efetuando-se uma reflexão sobre as funções de conservação, investigação e documentação, exposição e educação. Debateu-se, também,

a transformação do museu conservador em museu enquanto meio de comunicação atrativo e debruçado sobre problemáticas reais da comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e a noção científica de museologia.

Duas grandes personalidades francesas, Georges Henri Riviére e Hugues de Varine, marcaram com o seu desempenho, orientação e difusão de ideias, enquanto diretores do ICOM e pelas próprias práticas, os caminhos que permitiriam o desenvolvimento de uma nova museologia de visão social e comunitária.

Em França, num contexto em que era necessário responder aos problemas criados pela centralização, o êxodo e descida de nível de vida das regiões periféricas das cidades, foi desenvolvida uma política de fomento do turismo, que criou, em 1967, parques naturais regionais. O financiamento destes parques permitiram a criação de estruturas museológicas que atraíram visitantes e valorizaram o mundo rural. Dentro deste quadro Georges Henri Riviére, com o seu trabalho inovador, numa ótica de valorizar as regiões rurais, a ecologia, o património histórico local e a relação e integração das comunidades com os museus, criou os primeiros ecomuseus. Estes novos museus cresceram de importância e espalharam-se pelo mundo. Sobre o facto de estes não serem efémeros, terem evoluído ao longo dos anos e do papel do seu criador refere (Hubert, 1993, p.195) o seguinte:

“Frente a la perennidad del museo tradicional, la espontaneidad con la que el ecomuseo surge de contextos sociales y culturales movedizos hubiera podido hacer temer que iba a ser efímero. Si no há sido así, es en razón de la personalidad de Georges Henri Riviére que supo confrontar siempre las aspiraciones a las exigências que le dictaba su filosofía del museo. Es verdad que entre 1967 y 1985 la idea evolucionó mucho, bajo la influencia de nuevas realizaciones o de reflexiones suscitadas en el seno del ICOM. Pero si el concepto era enriquecido, los métodos eran los mismos que aquellos forjados durante cuarenta años de práctica.”

Na segunda metade do século XX existe uma contestação dos museus como instituições passivas e burguesas, esta é resultante de um movimento surgido dos acontecimentos de maio de 1968 e da consciencialização do valor social das instituições e da democratização da cultura, que foi protagonizada por estudantes e profissionais dos museus. Na sequência da crise da instituição museal, que já se fazia sentir antes da contestação descrita, e das perspectivas da transformação da sua função e missão,

efetuaram-se conferências, mesas redondas, encontros e debates dos quais veriam a resultar documentos fundamentais e estruturantes do pensamento da nova museologia.

O ICOM, em 1971, realizou em França uma conferência geral em que houve uma revisão dos estatutos e da definição de museu e em que se afirmou a importância do meio ambiente na vocação dos museus, que teriam como consequência modificações no conteúdo e relacionamento dos museus a nível internacional.

Da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, surge a Declaração de Santiago do Chile que foi um documento muito importante no meio museológico, cujo aspeto mais inovador foi o surgimento da noção de museu integral. Este deveria ter em consideração a totalidade dos problemas da sociedade onde se insere, enquanto instrumento de mudança e desenvolvimento social. Esta nova forma de encarar o papel do museu esteve na origem da chamada Nova Museologia.

No ateliê Internacional de Ecomuseus, em 1984, houve um reconhecimento formal da Nova Museologia que compreende experiências como os ecomuseus, museus comunitários e outras formas de museologia ativa. Na Declaração de Québec, documento produzido na sequência deste ateliê, estabelece-se que a Nova Museologia deve interessar-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, proporcionando oportunidades para a criação de postos de trabalho numa vertente de democratização da sociedade. Devendo assumir a exposição museológica um caráter formativo em vez de contemplativo, a utilização de testemunhos materiais e imateriais para a constituição de coleções e reconhecer e valorizar as diferentes culturas humanas. O aspeto social do museu é reforçado o que leva à criação do MINOM (Movimento Internacional para a Nova Museologia).

A Declaração de Caracas de 1992 além de procurar reforçar os princípios de Santiago do Chile, reflete sobre a vinculação entre o museu e o seu entorno social, político, económico e ambiental, como base para o desenvolvimento integral de uma região. Nesta é evidente a preocupação com os problemas suscitados pela globalização, a afirmação da identidade humana enquanto ser único e como parte integrante de uma comunidade diferenciada pela sua cultura, e as novas possibilidades para o melhoramento das condições humanas que a informação, tecnologia e ciência podem

proporcionar. A declaração refere que o museu tem uma missão transcendental e como tal deve:

“(...) constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos, e para seu conhecimento mútuo, - fundamento da integração - tem também um papel essencial no processo de desmistificação da tecnologia, para sua assimilação no desenvolvimento integral de nossos povos. Por fim, um papel imprescindível para a tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura formam um conjunto harmónico e indivisível.”

A novidade desta declaração é a incorporação do património natural e cultural, mesmo fora do âmbito do museu, tomando forma o museu de território como forma de valorização desta realidade.

Nas últimas décadas do século XX assiste-se a um novo modelo de museu baseado em pressupostos de eficácia financeira e mediática. Estes surgem dentro de uma lógica que as indústrias culturais e de entretenimento já seguiam, aproximando-se dos valores do mercado global sendo geridos como empresas, com o objetivo de conseguirem o alargamento de fontes de financiamento e a consequente sustentabilidade. O museu Guggenheim de Nova Iorque e os múltiplos que criou em Bilbao, Berlim, Veneza e Las Vegas são o exemplo pioneiro de *franchising*², de um museu privado. Este tipo de museu preocupa-se, fundamentalmente, em produzir exposições para massas, para o que muitas vezes acolhe grandes exposições de circulação internacional, denominadas *blockbuster*, em detrimento dos seus próprios acervos.

Esta circulação regular de bens culturais levanta interrogações sobre a forma séria da sua preservação, pois por mais evoluídas que sejam as técnicas de transporte e acondicionamento existem, sempre, riscos acrescidos para estas. Outra grande interrogação que se coloca perante as grandes exposições, que sem dúvida ativam os fluxos de turismo trazendo desenvolvimento ao meio envolvente do museu, é se os milhares de pessoas que as visitam se tornam frequentadores de museus, ou se nestas se

² Um *franchise* é uma relação legal e comercial entre o proprietário de uma marca registada, marca de serviço, nome comercial ou símbolo publicitário e um indivíduo ou grupo de indivíduos que querem utilizar essa identificação num negócio. O franchisador fornece a perícia empresarial (planos de marketing, apoio à gestão, assistência financeira, formação, etc.) que de outra maneira não estaria disponível para o franchisado. O franchisado traz à operação de franchise o espírito empreendedor e o esforço necessários para fazer do franchise um sucesso.

despertou algum tipo de motivação, interesse ou curiosidade, que as levasse à aquisição de novos conhecimentos e formas de pensar.

O início do século XXI testemunha um continuado avanço para esta nova visão da museologia, não são só museus privados que seguem este novo modelo, o Louvre, um museu público, também irá abrir um duplicado seu em Abou Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. É uma “transação” em que ressalta as avultadas contrapartidas financeiras para que museus franceses cedam obras de arte para um novo museu que estará à disposição de um turismo de luxo, o que vai precisamente no sentido oposto da democratização do acesso ao património cultural.

O final do século XX e início do XXI trazem para o debate público novas interrogações no âmbito da museologia, parecendo que a crise que atravessa está cada vez mais longe de alcançar consensos generalizados quanto ao que é um museu e o seu papel na sociedade. Em parte as controvérsias, que são discutidas por profissionais da área, mas também por um leque cada vez mais alargado de profissionais de outros campos do saber e pela opinião pública em geral, valorizam as instituições museológicas qualquer que seja a sua forma.

Questões como: as superexposições; os museus submetidos ao poder económico e político; os novos espaços associados e fundamentais para estas instituições como os restaurantes, bares, lojas, cinema, salas de conferências, bibliotecas e centros de documentação; os mega e espetaculares edifícios construídos para museus, que se tornam a própria exposição por serem mais valorizados e captarem mais a atenção do público do que as coleções que albergam; a utilização dos meios de comunicação, marketing e da internet para a valorização destas instituições e das suas atividades; e os museus virtuais, que irão revolucionar o conceito que temos de museu no presente, traçam uma nova e interessante perspetiva da museologia, suscitando discussões cada vez mais frutuosas e profundas neste campo, mesmo que não leve a consensos pois esta está em constante evolução.

Na década de noventa do século passado os museus começaram a utilizar o poderoso meio de comunicação que é a internet para divulgar as suas atividades. Cada vez mais as instituições museológicas percebem o seu poder e estão a construir sites mais

apelativos, com mais informação e conteúdos interativos de forma a captar a atenção daqueles que os acedem. Além do site do museu surgiu também o museu virtual que (Henriques, 2004, p.11) diz que pode “... *ter duas configurações: vertentes virtuais de determinado museu físico, ou seja, podem ser outra dimensão do museu físico (...) ou museus essencialmente virtuais. Nesse caso, a existência de um museu virtual não pressupõe a existência de um museu físico.*”. Esta é uma nova forma de expor bens culturais e de interação com o público, que irá alterar as noções que temos de tempo e de espaço, pois o museu não fecha e não necessita de ter a configuração de um espaço físico, criando também novas perspectivas de apresentação do acervo. Há medida que estes forem evoluindo juntamente com as inovações tecnológicas a perceção que temos de museu e mesmo das coleções será totalmente transformada.

1.2 - Património cultural e natural

1.2.1 - Noção geral de património

A noção de património no seu sentido etimológico deriva do termo latim “*patrimonium*” e está ligado à herança paterna, bens de família recebidos de antepassados e transmitidos aos descendentes.

O conceito de património ligado aos bens particulares evoluiu para passar a designar também bens materiais, imateriais ou naturais valorizados pelos homens devido ao seu valor histórico, identitário, magnífico, singular, cultural ou outro, e que se interiorizou que deve ser preservado, estudado e legado às novas gerações como memória do que fomos e fizemos. Segundo (Magalhães, 2005, p.22) os povos investem e utilizam muitos recursos:

“...na conservação e divulgação do património, pois ele tornou-se fundamental na definição da identidade de uma determinada comunidade. O conceito de património remete, por outro lado, para a questão da memória, âncora que dá substância ao sentimento subjectivo de pertença.”

Ao património, para que possa ser entendido como tal, deve ser atribuída uma carga simbólica ligada à atividade humana e de pertença, pois consciente ou inconscientemente seleccionam-se os bens que irão ser representativos da identidade e

cultura de uma comunidade e que são apropriados por esta. Como tal o património pode ser algo que se inventa ou reinventa, podendo ser objeto de construção intencional, por exemplo dentro do processo da globalização quando se pretende marcar a diferença podem ser valorizados objetos ou práticas em detrimento de outros.

Património é um ideal cultivado pela cultura ocidental e que tem implicações sociais, políticas e antropológicas. Este traduz-se na necessidade de ter referências físicas numa existência passageira, feita de mudança e sentida como instável. A sociedade contemporânea vive em permanente tensão entre o que é moderno e a tradição, o que suscita uma necessidade de preservar bens tangíveis ou intangíveis, a que atribui um significado cultural e sentimentos de pertença, transformando-os em património e consequentemente esta é a base a partir da qual se cria a identidade da comunidade.

Não são só as pequenas comunidades que utilizam o património para a construção da sua identidade, os países no processo da sua construção enquanto individualidades nacionais, também reconhecem neste um papel fundamental para a sua definição.

A noção de património tem mudado e sido ampliada ao longo dos tempos. A primeira ideia de património ligada aos museus, surgida há cerca de dois séculos, era vista como os vestígios materiais do homem. Esta tem vindo a ser modificada e hoje os museus integram e trabalham, não só o património material, como o imaterial e o natural e consideram que todos têm um valor igualmente importante e complementar para o conhecimento e preservação da cultura dos homens.

Como se viu no início a noção de património surge ligado aos bens materiais que eram herdados, e mesmo quando passou do domínio privado para o público continuou baseada em coisas construídas pelos homens. Este conceito perdurou até à segunda metade do século XX, e ainda hoje a maioria das pessoas o liga a bens físicos produzidos pela humanidade.

O reconhecimento da fundamental importância e alargamento do conceito de património a nível mundial, passou pela organização de entidades e encontros mundiais com a finalidade de o definir, proteger e divulgar. Neste âmbito a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), promoveu em 1972, em Paris, a

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, onde ficou definido que cada estado presente deveria assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural situado no seu território. E criou, também, o Comité do Património Mundial para a proteção do património cultural e natural de valor universal excecional.

O reconhecimento da valorização universal do património cultural e natural é mais fácil de entender para os bens naturais pois a natureza é fundamental para a humanidade, no entanto o que o homem criou é mais difícil de entender neste sentido, mas progressivamente vai sendo criado um sentimento sobre a sua preciosidade e apropriação como pertença de todos.

Em 2003, a UNESCO promove a Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial, por reconhecer que este é importante para a:

“...diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, (...) processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenómeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do património cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda, e (...) que as comunidades, em especial as indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do património cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana...”

E define património cultural imaterial como:

“(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objectos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural.”

Esta convenção permitiu uma maior consciencialização mundial do enorme valor deste tipo de património, ajudando ao desencadear de debates frequentes e do desenvolvimento de regimes jurídicos em alguns países relacionados com esta temática, e ao progresso de mecanismos mais assertivos e sistemáticos para a sua salvaguarda.

1.2.2 - O património no contexto português

No âmbito nacional, durante o renascimento, existiram autores que estudaram e apresentaram os vestígios antigos da humanidade como valores culturais a defender. No século XVIII foi dado um grande impulso para o estudo e salvaguarda do património com a criação da Academia Real de História Portuguesa e com a assinatura, por D. João V, do Alvará de 20 de agosto de 1721, que tinha como objetivos inventariar e conservar os monumentos nacionais. No início do século XIX, Alexandre Herculano através de “Monumentos Pátrios” tornou-se uma voz determinante para a salvaguarda do património cultural português. Em 1863 foi criada a Associação dos Architectos Civis Portuguezes, que em 1872 se passou a designar como Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, devendo-se a esta a primeira classificação, em 1910, como monumentos nacionais de muito do património português com relevância para o arqueológico.

No século XX, o Decreto 20895 de 7 de março de 1932, estipulava nos artigos 24.º e 30.º além da classificação como Monumento Nacional uma nova forma de classificação para os imóveis, como de Interesse público que tinham as seguintes redações:

Artigo 24.º “A concessão do título de “monumento nacional” aos imóveis cuja conservação defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico...” e no Artigo 30.º que “Os imóveis que, sem mereceram a classificação de monumento nacional, ofereçam todavia considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico, serão, com essa designação, descritos em cadastro especial...”

Neste diploma não existe uma definição de património, mas apresenta uma preocupação específica com construções que tivessem alguma monumentalidade, o que reflete o pensamento da altura neste âmbito.

Em 1949, através da Lei n.º 2032 de 11 de junho, é dada a possibilidade às câmaras municipais de classificarem como valor concelhio imóveis que o governo não classificasse como monumentos nacionais ou de interesse público. Mas só com a Lei 13 de 6 de julho de 1985 aparece uma definição de património, fazendo-se referência aos bens imateriais. Verifica-se uma mudança na mentalidade apoiada pelas tendências

mundiais nesta matéria, e pela convenção de Granada. O artigo n.º 1 da referida lei tem a seguinte redação:

“O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.”

No artigo 62.º desta lei ficava estipulado a revogação de “toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma” o que levou a alguma confusão por esta nunca ter sido regulamentada, a este propósito referem (Barata e Mascarenhas, 2002, p.25) o seguinte:

“Não admira que esta enorme confusão jurídica tenha criado, no início, uma situação de vazio legal e, por isso, durante anos, os processos de classificação estiveram parados. Pouco a pouco, contudo, foi-se optando por recuperar os diplomas antigos, aplicando uma parte da anterior legislação e apostando nas potencialidades do valor concelhio”.

Este problema foi solucionado com a publicação da lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro), que estabelece no artigo 2.º um conceito de património muito mais alargado do que o da anterior lei, “(...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção.”, também, é integrada a língua portuguesa por ser considerada “*fundamento da soberania nacional*” e na alínea 6 do mesmo artigo refere, ainda, que fazem parte do património cultural:

“(...) não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”

Esta lei procura ser o mais abrangente possível na integração do património cultural indo ao ponto de incluir os contextos que sejam relevantes para os bens materiais e imateriais. E os contextos são fundamentais para melhor entender e interpretar quer os objetos quer o saber ou saber fazer, e como estes estão em mudança ou a desaparecer a tomada de consciência para a sua importância é fundamental, para se proceder ao seu conveniente registo, preservação e divulgação.

O conceito de património não é apenas um e continua a ser motivo de reflexão e discussão o que possibilita a sua constante evolução e alargamento, pelo que a presente

lei ao evitar uma noção restrita e fechada relativamente a este revela algum cuidado neste sentido.

1.3 - Património material e imaterial

Como ficou expresso tradicionalmente o património era encarado apenas como bens tangíveis, pois ainda não tinha sido reconhecido que associado a este existe um outro que lhe dá vida, identidade e humanidade, através do saber fazer e dos significados que permitiram a sua elaboração, e as relações de vida, ideias e rituais que inspiraram. O património sustentado na estrutura física dos objetos, das obras de arte, dos monumentos, das ruínas, etc., amplia-se para a dimensão do intangível, que pode estar ou não ligado ao mundo tangível, e que permite compreender e interpretar, de forma mais global, a memória e a identidade dos povos.

Embora seja recente o conceito de património imaterial, este tem uma história evolutiva que hoje permite ser serenamente reconhecido e a este respeito refere (Leal, 2009, p.289) o seguinte:

“O que eu quero dizer é que, embora o conceito não existisse, estavam lá as áreas que ele abarca. E poria a questão antes do mais, de modo radical: se é possível hoje falar com toda a naturalidade de património cultural imaterial, isso deve-se à antropologia e à etnografia, não apenas em Portugal mas em muitos outros países na Europa e no Mundo. Foi no âmbito destas disciplinas que se construiu historicamente um campo disciplinar onde tradições orais, artes do espectáculo, rituais, práticas sociais, conhecimento, mitologia, “saberes fazer” técnicos – que então não se chamavam assim – se constituíram como campos fundamentais de “identificação, documentação, pesquisa, preservação, protecção, promoção, valorização”.”

Não se contestando isto, a verdade é que a convenção de 2003 da UNESCO permitiu que houvesse um maior empenhamento na recolha, preservação e divulgação deste património. E esta necessidade é sentida a nível mundial devido à globalização e ao acelerado desaparecimento deste património. A sociedade atual está numa mudança vertiginosa que não se compadece com a cultura tradicional. Anteriormente o tempo dos acontecimentos permitiam uma permanência na comunidade do “saber” e dos “saber fazer” e das relações sociais que evoluíam lentamente. Hoje o despertar para esta realidade revela-se, no nosso ponto de vista, tardio pois muito património intangível desapareceu e continua a desaparecer, enquanto se discute como efetuar a sua captação

e preservação, se conseguem os meios financeiros, técnicos e humanos para o fazer, ou mesmo se aguarda a vontade política, coletiva ou particular para proceder a ações rápidas, sérias e profundas neste campo.

Quando se elaborou a lei de bases do património (lei n.º 107/2001 de 8 de setembro) houve a preocupação de incluir o património imaterial, que já fazia parte das inquietações de entidades internacionais. No entanto, o disposto no seu artigo 91.º *“integram o património cultural as realidades, que tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas.”*, não resultou numa aplicabilidade prática muito visível e não se notando, também, grandes ações para a sua salvaguarda.

É verdade que a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, promovida pela UNESCO, em 2003, veio permitir ao nível nacional uma maior reflexão sobre este tema, e o desenvolvimento de ações por parte do governo na sequência da sua ratificação em março de 2008. Esta aprovação levou à elaboração do regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial que se encontra estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, e da constituição, no âmbito do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), do Departamento de Património Imaterial (DPI), ao qual compete:

“(...) promover o estudo, a salvaguarda e a divulgação do Património Cultural Imaterial, o registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro das realidades sem suporte material para efeitos do seu conhecimento, preservação e valorização, bem como o registo dos bens culturais móveis ou imóveis associados ao património imaterial, sempre que aplicável(...)”

As ações que estão a ser desenvolvidas neste âmbito, nomeadamente, o esforço para a implantação de um inventário do PCI ao nível nacional, e a abertura de muitos museus para esta realidade, irá permitir, com o tempo, que a este seja reconhecido um valor inquestionável e que seja tratado em pé de igualdade com o PCM.

1.4 - Património Natural

Hoje temos a clara noção que a defesa da natureza é fundamental para a sobrevivência do ser humano. Esta tomada de consciência deve-se aos graves danos provocados pela poluição, aquecimento do planeta, redução ou desaparecimentos de florestas, extinção de espécies animais e vegetais, diminuição de terrenos agrícolas, etc. Mas apesar deste conhecimento, ainda são pouquíssimas, tendo em conta o estado do planeta, as atitudes empreendidas para a sua defesa e conservação, pois os interesses económicos continuam a prevalecer sobre tudo. Encontros realizados por entidades internacionais para debater assuntos no âmbito desta temática têm ajudado na realização de ações para a classificação e preservação de espaços naturais.

O marco mais importante para a aceitação da natureza como património, e que consequentemente deve ser conservada, encontra-se na aprovação da Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, durante a conferência Geral da UNESCO, em 1972, onde ficou estipulado no artigo 2.º que são considerados como património natural:

“ Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.”

Outro momento importante para a defesa da natureza aconteceu, nos inícios dos anos setenta, com aceitação do princípio das reservas da biosfera, em resultado do programa “Man and Biosphere (MAB)” criado pela UNESCO e que contribui para tratar conjuntamente os problemas de conservação dos ecossistemas e de desenvolvimento, com a participação das populações envolvidas, numa tentativa de melhorar o relacionamento do homem com o seu ambiente.

A partir de 1980 começou, ao nível internacional, uma verdadeira política patrimonial de conservação da natureza, na sequência do documento “Estratégia Mundial de

Conservação” elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Este tem como objetivos alertar a opinião pública mundial para os riscos que se correm quando se degradam ou destroem os ecossistemas e ajudar na elaboração de políticas sustentáveis para a conservação da natureza.

A realização do primeiro Simpósio sobre a Proteção do Património Geológico, realizada em 1991, em *Digne-les-Bains*, França, foi outro momento importante para a afirmação internacional da importância do património natural. Neste foi aprovada a Carta de Digne - Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, que é um texto que reflete sobre a interdependência do homem com a terra e a necessidade de proteger o património natural. Nos artigos 3.º, 6.º, 7.º e 8.º dispõe o seguinte:

“ - Assim como uma árvore guarda a memória do seu crescimento e da sua vida no seu tronco, também a Terra conserva a memória do seu passado, registada em profundidade ou à superfície, nas rochas, nos fósseis e nas paisagens, regista esse que pode ser lido e traduzido.

- Os homens sempre tiveram a preocupação em proteger o memorial do seu passado, ou seja, o seu património cultural. Só há pouco tempo se começou a proteger o ambiente imediato, o nosso património natural. O passado da Terra não é menos importante que o passado dos seres humanos. Chegou o tempo de aprendermos a protegê-lo e protegendo-o aprenderemos a conhecer o passado da Terra, esse livro escrito antes do nosso advento e que é o património geológico.

- Nós e a Terra compartilhamos uma herança comum. Cada homem, cada governo não é mais do que o depositário desse património. Cada um de nós deve compreender que qualquer depredação é uma mutilação, uma destruição, uma perda irremediável. Todas as formas do desenvolvimento devem, assim, ter em conta o valor e a singularidade desse património.”

Este belíssimo texto reflete uma preocupação profunda com o que estamos a fazer à terra, e apela que se valorize o património natural da mesma forma que o património cultural e, ainda, que cada um de nós e os governos tenham em atenção que o desenvolvimento não se deve efetuar à custa da sua degradação e desaparecimento, uma vez que isto acarreta significativos danos para os homens e o planeta.

No domínio nacional, com a Lei n.º 9/70 de 19 de junho teve início o acompanhamento da evolução internacional de proteção da natureza através da classificação das áreas

3 Tradução do Professor Doutor Miguel M. Ramalho, in http://e-geo.ineti.pt/edicoes_online/diversos/guiao_litoteca/capitulo1.htm - acedido em 28 de março de 2011

mais representativas do património natural, e que introduziu as noções de parque nacional e reserva.

Posteriormente outra legislação sobre a conservação da natureza e da biodiversidade tem surgido, enquadrada pela lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de abril), que consagrou no nosso regime jurídico os conceitos de área protegida de âmbito regional, local e particular - a esta última convencionou-se designar como “sítio de interesse biológico”. Assim são de mencionar o Decreto - Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro que estabeleceu a Rede Nacional de Áreas Protegidas com o objetivo da:

“Conservação da Natureza, protecção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora e dos seus habitats naturais, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a protecção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação (...)”

Neste excerto refere-se a proteção das paisagens, que são a expressão que melhor traduz a ação do homem sobre a natureza. Esta resulta da intervenção de sucessivas gerações sobre o meio ambiente e a conseqüente humanização da terra. As paisagens tradicionais de cada país, criadas e mantidas por comunidades, são referências reais para a cultura de um povo e para a afirmação da sua identidade e como tal devem ser preservadas. De referir, também, que a compreensão das formas e práticas que contribuíram para o seu equilíbrio ecológico, podem, ajudar na gestão dos recursos naturais.

O Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho revogou o decreto atrás mencionado, e criou a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), a qual é composta pelas áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), e pelas áreas de reserva ecológica nacional, de reserva agrícola nacional e do domínio público hídrico. No preâmbulo deste decreto refere-se a necessidade de atualização da legislação devido ao crescente desafio que é a conservação da natureza e da biodiversidade, a necessidade de criar um serviço público que garanta a gestão ambiental do território “num quadro de valorização do património natural”, de simplificar e adaptar o regime vigente às características específicas das reservas Naturais e de dar resposta aos compromissos internacionais, assumidos por Portugal, de “suster a perda de biodiversidade até 2010”, entre outros.

Em termos de classificação mantiveram-se as mesmas tipologias do decreto anterior: Parque nacional, Parque natural, Reserva natural, Paisagem protegida e Monumento natural. A novidade surge na possibilidade de as áreas a proteger de âmbito regional e local poderem utilizar as mesmas tipologias, com exceção de Parque nacional, desde que adotem antes desta a designação de regional ou local. E a classificação ao nível nacional passa a poder ser efetuada para Paisagem protegida que antes era utilizada, apenas, para o nível regional e local. Mantêm, ainda, a classificação de áreas protegidas privadas, de estatuto privado.

Este decreto-lei introduz algumas novidades como: a criação da figura dos espaços naturais protegidos de carácter transfronteiriço, a consagração legal das áreas abrangidas por designações de conservação de carácter supranacional, a criação do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados e a possibilidade de serem efetuados, quando necessário, planos de ordenamento para as tipologias de paisagens protegidas e dos monumentos naturais de âmbito nacional.

Embora esta legislação não se refira de forma direta e explícita ao conceito de património natural, no entanto, a expressão é claramente aceite, por se subentender que a natureza é um bem patrimonial, devido à relação histórica e cultural que o homem mantém com esta desde o seu aparecimento, e como faz parte da nossa memória e identidade e, por ser indispensável à nossa sobrevivência e bem-estar, tudo deve ser feito para assegurar a sua completa conservação.

Sobre o conceito de património natural (Rosa, 2000, p.13 e 14) diz-nos o seguinte:

“ (...) o nosso património natural é um capital de diversidade do mundo acumulado ao longo de milhões de anos. Este factor tempo é importante (...), é uma herança que nós temos. (...) Há um valor utilitário que é (...) do património natural que tiramos uma diversidade imensa de bens: alimentos, farmacológicos, industriais, agrícolas, etc. (...) O que é mais esquecido (...) é um certo valor intrínseco, que é o facto do património natural ter esse capital de tempo que muitas vezes não é recuperado. (...) imaginemos a situação em que erradicamos uma espécie (...) não a poderíamos recuperar. (...) a ideia do tempo associado ao património natural é muito importante para os conceitos definições e atitudes perante ele.”

Para Humberto Rosa o tempo é determinante no conceito de património natural, o tempo entendido como fator de explosão de diversidade que se formou ao longo da história da terra, e que permitiu a evolução da espécie humana, e o tempo que não pode

ser recuperado ou revertido quando se erradicam espécies animais ou vegetais. Quando se perde parte da diversidade construída durante o tempo de formação e evolução da terra e das espécies, está a perder-se um património valiosíssimo, que também é intrínseco ao ser humano, e como tal faz parte da sua memória genética e também relacional com o meio ambiente. Quando se destrói o equilíbrio que se formou a partir da evolução e interação com a natureza é colocada em causa a sobrevivência de muitas espécies inclusive a humana.

1.5 – Identidade, memória e as formas de salvaguarda do património

1.5.1 - Identidade e comunidade

O conceito de identidade é complexo e pode ter diferentes noções consoante o ramo do saber que reflete sobre esta. E as abordagens, também, podem ser diferentes podendo partir da reflexão sobre a identidade do indivíduo, do grupo, da nação, das organizações, das localidades, etc.

Assim, de forma geral, identidade individual pode ser entendida como um conjunto de características pessoais únicas que nos distinguem dos outros, e identidade coletiva como as ideias, ideais e interações partilhadas no seio de um grupo, e que pelas suas especificidades os diferenciam dos outros.

O património cultural é muito importante para a construção da identidade quer seja individual, coletiva, local ou nacional e na Lei de Bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, este valor relevante é claramente admitido, tanto que é atribuído ao Estado a missão de proteger e valorizar este como “ (...) instrumento primacial de realizações da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.” (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, número 2 do artigo 3.º).

Em termos de evolução a sua definição já foi mais simples, na época do iluminismo o indivíduo era visto segundo Hall citado por (Magalhães, 2005, p.27) como “*detentor de uma identidade única e estável, fechada e imutável, influenciada porém pelo colectivo onde o sujeito estaria integrado*”. Ainda segundo Fernando Magalhães, entre os séculos XVI e XX seria o contexto social e cultural, com as suas normas e valores que influenciaria a construção da identidade pessoal, e o coletivo seria entendido como tendo características fixas que permitiriam que houvesse uma sensação de segurança marcada pela estabilidade, unidade e previsibilidade.

As rápidas transformações sociais, comportamentais e culturais ocorridas nas últimas décadas do século XX e o início do XXI, resultantes do fenómeno da globalização, estão a fazer desaparecer as fronteiras bem marcadas, devido às poucas influências exteriores, das identidades individuais e coletivas. Este é um facto preocupante por tender à uniformização cultural, pois as diferenças culturais ajudam a produzir técnicas, ideias, comportamentos sociais diferentes, que enriquecem e ajudam a humanidade a evoluir. Estas mudanças abalam os antigos quadros de referência dos indivíduos que lhes proporcionavam estabilidade no mundo social.

O processo da globalização apesar de diluir as identidades não trás a igualdade aos povos, acrescentando, pelo contrário, diferenças abismais entre ricos e pobres, o que, também, tem levado à vontade de afirmação das diferenças identitárias das comunidades.

Assim, assiste-se a um renascer, ou tomada de consciência da sua existência, das identidades locais, regionais e pessoais, através da perceção dos valores comuns e diferenciadores que os unem.

O mundo contemporâneo, no quadro das mudanças aceleradas que produz, tem levado à complexificação das várias concepções de identidade que efetua. No entanto, no âmbito deste trabalho o principal interesse é ter uma noção de identidade de uma comunidade

local. Assim é importante definir comunidade⁴ e segundo Hugues de Varine esta designa:

“ a partir de critérios endógenos expressos ou não, uma população vivendo num território, consciente das afinidades que caracterizam os seus elementos, assim como das relações conflituais destes com o seu ambiente, e cujo futuro é, pelo menos parcialmente, comum.”

Desta ressalta que comunidade tem por base uma população que vive num determinado território e a qual tem normas e afinidades comuns que emergem do seu seio e dos processos relacionais entre si e com o ambiente que a rodeia. Assim nesta definição já está implícita a noção de identidade, acrescentaríamos também que esta deve ter um sentimento de pertença relativamente ao grupo e em torno dos bens materiais e imateriais comuns.

A identidade local pode ser, como refere (Moreira, 1992, p.73), *“um sentimento de pertença, uma mistura de possessão e de identificação face aos diversos elementos que constituem um determinado espaço”*, a aceitação, reconhecimento e utilização dos distintos processos culturais, sociais e comportamentais emergidos e trabalhados no ambiente de uma comunidade são fundamentais para a formulação da sua identidade. A visibilidade de uma identidade torna-se evidente quando colocada em confronto com outra, assim os grupos reconhecem as suas diferenças e este processo pode ser enriquecedor quando resulta na compreensão e aceitação dos outros, permitindo uma abertura mental para novos horizontes.

A globalização tem conduzido as comunidades locais a olharem para o seu interior e a tentarem tornar visível aquilo que as identifica, e neste processo a identidade pode ser redescoberta ou mesmo inventada, com base na alegação de sentimentos de pertença comuns em torno de bens tangíveis ou intangíveis, que assim são transformados em património. Assim quando nos referimos à identidade por inerência estamos, também, a falar de todo o património (cultural e natural) que pode ser produzido e vivenciado por um grupo e aos quais são atribuídos múltiplos sentidos e significados.

⁴ Material didático, fornecido pela professora Clara Frayão Camacho no âmbito do Mestrado de Museologia, 2008/2009.

A identidade não é algo imutável e permanente, esta é decorrente de processos dinâmicos ocorridos no seio do grupo e por isso sujeita a ser construída e reconstruída. Os bens apropriados e transfigurados em património representam, segundo o que refere (Magalhães, 2005, p.31) “*verdades identitárias simbólicas, momentâneas e espacialmente localizadas*”.

1.5.2 - Noção de Memória

Para o censo comum memória é algo que recordamos do passado, mas como não temos capacidade de reter tudo, ou pelo menos lembrar tudo, evocamos aquilo que se tornou mais significativo para nós, qualquer que tenha sido o motivo para isso acontecer.

No entanto, a noção de memória é mais complexa e suscita reflexões e investigação ao nível da filosofia, ciências sociais e científicas, por ser determinante para a compreensão dos indivíduos e da sociedade. Estes campos do saber para chegarem a uma noção de memória têm que se debruçar sobre conceitos como a capacidade de reter, esquecer e seleccionar que são as características mais evidentes associadas a esta.

Dentro de uma visão mais científica a memória é a capacidade de registar, armazenar e manipular informações provenientes de interações entre o cérebro e o corpo ou todo o organismo e o mundo exterior. Mas é também como refere Zilda Kessel⁵ a “*elaboração a partir de variadíssimos estímulos, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado.*”. Assim além da memória ser algo que se efetua sempre no presente esta, no entanto, refere-se a momentos do passado, e como não temos a capacidade de reter tudo o que pensamos, sentimos, percebemos e experimentamos, seleccionamos, em resposta ao que vivemos no presente, aspetos já vivenciados anteriormente. Pelo que a construção da memória é elaborada a partir do que esquecemos e do que lembramos. Esta não é apenas individual é também coletiva e constrói-se no quadro das relações sociais, existindo na comunidade um entendimento na seleção das que são mais representativas, e que

⁵ SKESSEL, Zilda, Memória e Memória Coletiva, in

http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf -
acedido em 30 de março de 2011.

contribuem para o sentimento de pertença, de identidade e conseqüentemente para a coesão do grupo.

A memória pode ser, também, utilizada como um instrumento de poder, para a manipulação e orientação individual ou coletiva em determinado sentido. Quando, por exemplo os regimes ditatoriais, controlam o que se pode saber, lembrar, esquecer e pensar estão a utilizar o poder sobre a memória e a manipulá-la na direção dos seus interesses.

Os museus como espaços privilegiados para abrigar e preservar o património transmitem a ideia de que preservam o passado. Mas como refere (Santos, 2002, p.117) *“longe de preservarem um significado eterno inerente a objectos, eles atribuem novos significados a objectos que foram retirados do tempo e do espaço em que foram originalmente produzidos.”*. Estes ao serem retirados dos seus contextos originais perdem o sentido que tinham e o contacto com o indivíduo ou grupo que os podiam associar as experiências anteriores e passá-los a outras gerações, para que lhes preservassem a memória do seu real significado, no seio da comunidade. Assim, a instituição museológica tem o poder não de preservar mas de contribuir para a construção de um passado baseada na memória dos objetos. Este poder pode seguir duas vertentes, uma em que o acervo é utilizado para um único discurso tido como o verdadeiro, existindo uma relação passiva entre a exposição e o público, e outra em que o património é utilizado para transmitir diferentes leituras, possibilitando assim novas formas de interpretação e entendimento do passado. Pelo que a relação com o público torna-se ativa levando este a entender que os museus não guardam verdades absolutas e imutáveis e que a memória (passado) é uma construção que depende das seleções patrimoniais e da forma como são interpretadas.

1.6 - Formas de proteção dos bens culturais

Após a identificação do património ao qual se atribuí valor cultural, e que reveste a forma de material, imaterial e natural, importa saber como se pode proceder à sua defesa e conservação para que possa vir a ser fruído por muitas gerações vindouras. Esta não é uma questão simples devido a fatores como a negligência, o abandono, os atentados, a

falta de meios financeiros e humanos, a legislação que não é aplicada, a falta de fiscalização, a falta de reconhecimento do seu valor, etc.

Na Lei de Bases da política e do regime de proteção e valorização do património (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro) está disposto que a proteção e valorização do património é uma tarefa fundamental do Estado e um dever dos cidadãos. No entanto, em muitos casos, o que se observa é que o Estado, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais deixam degradar o património e em algumas situações permitem mesmo que o destruam, o que se verifica especialmente no âmbito da natureza, devendo-se esta situação, na maioria das vezes, à sua subjugação ao poder económico. Embora a consciencialização do valor do património e da necessidade da sua salvaguarda seja cada vez maior, ainda, existem muitos cidadãos que o não valorizam e em alguns casos ajudam à sua destruição.

O artigo 16.º da lei acima referida estipula duas formas de proteção dos bens culturais e que são o registo patrimonial de classificação e o registo patrimonial de inventário, que podem ser aplicados a bens móveis e imóveis. A aplicação destas formas de salvaguarda deveriam significar que os bens já não corriam riscos e que eram conservados, restaurados, estudados, divulgados, valorizados, reabilitados e reutilizados, o que infelizmente não se verifica. No que se refere aos bens imóveis a reabilitação ligada a uma funcionalidade adequada é muito importante para a sua preservação. Apesar de no n.º 1 do Artigo 46.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro vir estipulado que os bens imóveis classificados ou em vias de classificação, quer tenham propriedade privada ou pública, devem ser submetidos a obras ou outras intervenções necessárias para a sua salvaguarda, mais uma vez, em muitos casos, isto não acontece.

A globalização, as convenções internacionais, os debates públicos, os meios de comunicação social e as novas tecnologias têm ajudado na formação da opinião pública sobre este assunto, permitindo assim que existam cada vez mais indivíduos preocupados e ativos, quer seja através de associações, denúncias públicas relativamente aos atentados ao património ou outras, na defesa do património cultural que é herança de todos.

Os bens móveis incorporados em museus com condições adequadas, cumpridores das normas museológicas e com profissionais qualificados estão mais protegidos, pois nestes procede-se à sua investigação, estudo, recolha, conservação preventiva, restauro e divulgação. Estas são medidas que permitem o seu conhecimento, prolongamento de “vida” e valorização o que se traduz numa salvaguarda ativa e difusora do seu valor cultural e social, e consequentemente desenvolve e envolve a opinião pública para a preservação dos bens culturais.

Relativamente aos bens imateriais, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, promovida pela UNESCO, em 2003, veio dar um impulso decisivo para o reconhecimento da sua fundamental importância, na definição da memória e identidade dos povos, e consciência da necessidade do seu urgente estudo, preservação, conservação, valorização e divulgação.

Na sua sequência foi publicado o Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial e desenvolve o que estava disposto Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, neste âmbito. Este estipula que deve ser criado um sistema de inventário assente numa base de dados de acesso público o que permite uma participação ativa de todos para a sua salvaguarda, e que abrange os seguintes domínios:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;*
- b) Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;*
- c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos;*
- d) Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo;*
- e) Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.” (n.º 2 do artigo 1.º Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho)*

O sistema de inventário acima referido está a ser desenvolvido pelo Departamento de Património Imaterial (DPI) do IMC, ao qual compete promover o estudo, a salvaguarda e a divulgação do Património Cultural Imaterial. O inventário nacional do património cultural imaterial centrar-se-á, naquele que considerarem ser o património com mais relevância dentro de alguns parâmetros estipulados no decreto-lei, o que significa excluir à partida muitos bens intangíveis, considerados menos relevantes, mas que importa salvaguardar por serem determinantes para o conhecimento e identidade das comunidades locais. Assim será necessário que ao nível das localidades exista a

preocupação de documentar exaustivamente este património cultural, pois ele permite entender mais profundamente a história e a identidade de pequenos grupos sociais.

O património cultural natural é salvaguardado através das áreas protegidas da natureza, que toma a forma de diferentes tipologias (Parque nacional, Parque natural, Reserva natural, Paisagem protegida e Monumento natural), de estudos, investigações e divulgação que levam à sensibilização da opinião pública e a uma crescente participação ativa na sua preservação e conservação.

Capítulo II

Museus Virtuais e Museu Virtual de Santa Margarida da Serra

2.1 – Museus Virtuais

2.1.1 - Criação e acesso à Internet

Os antecedentes da Internet começaram em 1961 no seio da *Advanced Research Project Agency* - Agência de Projetos de Pesquisa Avançados (ARPA)⁶, onde se criou uma rede de transmissão de dados, devido à necessidade de comunicação rápida entre as equipas de investigadores. Em 1969, nasce a primeira rede de computadores que foi construída para ser utilizada entre algumas universidades dos estados unidos. Considera-se que a Internet nasceu em 1977, com a realização da demonstração do protocolo TCP/IP⁷ (*Transmission Control Protocol e Internet Protocol*) que utilizava três redes. A criação do primeiro navegador, o World Wide Web (conhecido por Web e www), em 1989, pelo Tim Berners-Lee, cientista do *Conseil Européen pour La Recherche Nucléaire* - Conselho Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN), foi decisivo para a expansão da utilização da Internet, que se transformou num sistema mundial público de redes de computadores.

Na década de 90 do século XX assiste-se à sua rápida expansão pelo mundo, e em março de 2011 a percentagem de pessoas com acesso à Internet a nível mundial era de 30,2%⁸. Este valor não é distribuído equitativamente em todos os continentes, liderando as percentagens de acesso os mais desenvolvidos como o Norte da América com 78,3%, a Oceânia com 60,1%, e a Europa com 58, 3%, encontrando-se no final da

⁶ Em 1957, o presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, criou a *Advanced Research Project Agency* (ARPA) para o desenvolvimento de programas respeitantes aos satélites e ao espaço.

⁷ Entre 1973 e 1978 uma equipa de investigadores coordenada por Vinton Cerf e Robert Kahn desenvolveram um protocolo que assegurava a interoperacionalidade e interconexão de redes diversas de computadores. Este protocolo denominou-se TCP/IP (*Transmission Control Protocol e Internet Protocol*).

⁸ Dados estatísticos consultados na página da Internet World Stats - <http://www.internetworldstats.com/stats.htm> - acedida em 29 de janeiro de 2012

tabela a Ásia com 23,8% e a África com 11,4%. No entanto, os “excluídos digitais” não são só os que não tem acesso à Internet, seja a partir de um computador, de um telemóvel ou outro, estes são também os que têm acesso ao sistema de comunicação global, mas que têm capacidades técnicas muito básicas, que não sabem a informação que devem pesquisar ou como a combinar de forma a obter conhecimento, e os que não conseguem utilizar para melhorar diferentes aspetos da sua vida.

Assim para que todos pudessem entrar plenamente numa sociedade virada para as tecnologias da informação e comunicação (TIC), isto se não se incluir os entraves políticos, culturais, económicos, institucionais ou outros, seria necessário facilitar a expansão do acesso aos respetivos equipamentos e serviços indispensáveis à consulta, produção e armazenamento da informação digital, baixar os custos de ligação, mas também desenvolver a educação geral ao nível da informática e da capacitação da exploração produtiva, a todos os níveis (cultural, económico, político, social e educativo) da rede global de comunicação. Sobre a exclusão provocada pelos avanços nos sistemas de comunicação (Lévy, 2000, p.261) refere o seguinte:

“(...) o problema do “acesso para todos” não pode reduzir-se às dimensões tecnológicas e financeiras habitualmente postas antecipadamente. Não basta que nos encontremos em frente a um ecrã munidos de todos os interfaces amigáveis que queiramos para ultrapassar uma situação de inferioridade. É preciso sobretudo estarmos em condições de participar activamente no processo de inteligência colectiva que representa o principal interesse do ciberespaço.”

Esta participação ativa passa também pela existência de orientação e formação, pois é fundamental ter-se uma atitude crítica perante os formatos e conteúdos da Web, para que se possa aumentar a capacidade cognitiva, criativa e participativa na organização de formas dinâmicas e justas da produção e distribuição da riqueza informativa, cultural e material.

Apesar dos aspetos negativos a rede global, para os que estão conectados e preparados, significa a possibilidade de aceder ao conhecimento, à educação, à cultura, ao entretenimento, às hipóteses de criar empresas inovadoras e lucrativas, de estabelecer contactos com pessoas por todo o mundo, de conhecer virtualmente novos locais, de participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, etc. E como a Internet constitui, também, um espaço privilegiado para a divulgação de bens e

serviços, as instituições museológicas começaram a utilizá-la como meio para se valorizarem, difundir os seus acervos e as suas atividades.

2.1.2 - Algumas vantagens que a Internet permite no campo museológico

Um dos grandes desafios do momento no âmbito museológico é perceber qual a melhor forma para comunicar eficazmente com o público, pois pretende-se que os museus não sejam espaços passivos mas capazes de uma interação dinâmica, criativa e estimulativa que levem a mudanças positivas no processo cognitivo do homem. Esta passa por transformar o objeto, o contexto e a informação em algo com a capacidade de despertar diversas sensações e interrogações que possibilitem a aquisição de novos conhecimentos, a desestabilização dos esquemas mentais, a necessidade de empreender pesquisa e de voltar constantemente ao museu, numa perspetiva de interpelação do espaço, dos conteúdos e da forma de os apresentar. Assim é importante utilizar diferentes meios, incluindo as novas tecnologias, para atingir este objetivo. Neste âmbito a Internet é um valioso instrumento no processo de comunicação entre o museu e o seu público, pois possibilita novas abordagens do objeto museológico e novas formas de conceção destas instituições, especialmente, no que se refere à noção de tempo e espaço. O mundo digital está a mudar a perceção que temos de museu enquanto espaço físico e temporal, pois este deixou de ter paredes, coleções palpáveis, mas que, no entanto, permitem uma continua descoberta de novas formas de interação com os objetos e com a informação, e transcendeu o entendimento de tempo e lugar associados ao empirismo. No espaço virtual o museu não fecha, e não existe uma noção tempo (com manhãs, tardes, noites, dias, estações do anos), e pode-se transpor oceanos e continentes instantaneamente.

Uma das reconhecidas mais-valias desta ferramenta situa-se ao nível da educação não formal, pois o potencial interativo subjacente às novas tecnologias permite estimular uma relação ativa entre o utilizador e os bens culturais, deixando este de ter uma atitude passiva e passando a interagir com os conteúdos e a dominar o processo de aprendizagem. Com este método pedagógico desencadeiam-se mecanismos físicos, mentais e emocionais que possibilitam uma melhor apreensão e descodificação da informação que se pretende transmitir. Além de que estreita o relacionamento dos

museus com as escolas através da disponibilização de material didático, de forma mais acessível e rápida, que pode ser utilizado pelos professores e alunos, permitindo, por exemplo, a preparação de uma deslocação à instituição museológica. Os conteúdos colocados online, sejam referentes ao inventário do acervo, ao resultado de investigações, à digitalização de documentos e livros (com a devida salvaguarda dos direitos de autor) relacionados com as temáticas abordadas pelo museu, às exposições ou outras informações gerais são fundamentais para o grande público e para os alunos de instituições de ensino secundário e superior, pois permitem o acesso a um vasto universo de informação, trilhando-se, assim, o caminho da democratização cultural.

A Internet é um poderoso instrumento para a captação de novos públicos, especialmente, dos mais jovens pois estes revelam uma enorme apetência pelas novas tecnologias, o que poderá ser benéfico para as instituições físicas que poderão ver aumentar as suas audiências. Os museus virtuais, se bem construídos e aproveitados, podem suscitar uma enorme curiosidade sobre os bens culturais e espaços físicos, levando um largo leque de pessoas que não se interessam por museus a irem visitá-los, funcionando quase como a imagem de uma bela paisagem que nos faz desejar intensamente ir vê-la presencialmente. Existe algum receio que o mundo virtual da museologia em lugar de levar mais público para os museus impulse precisamente a tendência inversa, devido à possibilidade destes conhecerem as instituições e os objetos online, não cremos que esta seja a propensão pois o valor dos museus baseia-se, essencialmente, nas suas coleções e a experiência de as ver fisicamente não é substituível. A imagem de uma peça, mesmo que seja a três dimensões ou que um dia venha a possibilitar a sensação do seu toque físico, não conseguirá substituir a peça verdadeira que tem uma carga simbólica e uma presença que transmitem sensações que uma representação nunca conseguirá. São experiências diferentes muito ricas que se complementam e que proporcionam sensações divergentes, sendo qualquer uma delas válidas para o desenvolvimento intelectual ou simples fruição.

O museu virtual é também um meio para a valorização e conhecimento da instituição e do acervo. Se os inventários das instituições forem disponibilizados com a devida informação associada a cada bem, e se forem apresentados de forma apelativa e interativa possibilitam ao utilizador uma maior aproximação e um conhecimento mais profundo do museu e da sua dimensão cultural, o que posteriormente irá permitir uma

visita presencial muito mais interessante e percepção ampla do que se está a ver. Este será um meio para aliviar o cansaço físico e psicológico que as instituições físicas provocam, pois o visitante não precisará despender tanto tempo e esforço intelectual para ver e apreender tudo numa só visita presencial, a bagagem informativa que trás de casa ajuda a olhar a exposição de um ponto de vista mais leve e descontraído o que permitirá uma experiência muito mais completa e satisfatória.

A Web por ser um meio rápido, seguro e eficaz ajuda a simplificar e reduzir gastos relativos a algumas tarefas institucionais, como por exemplo, a divulgação de exposições e outras atividades do museu. A difusão de folhetos, cartazes, informações ou convites pode ser efetuada através da página da instituição ou outros meios associados como as redes sociais, blogs, correio eletrónico, ou outros à disposição na Internet. Este meio facilita, ainda, a troca de correspondência eletrónica (emails) e de informação e discussão (através de listas de discussões, fóruns, redes de comunicação, entre outros) sobre temas museológicos entre profissionais de museus de vários países. Possibilita as parcerias institucionais para a cedência de diferentes conteúdos museológicos com a finalidade de criar exposições virtuais, o que facilita a conceção de diferentes e abrangentes temáticas expositivas e evita a deslocação física dos bens culturais que assim ficam mais salvaguardados. Faculta a realização e a partilha de projetos de investigação de modo fácil e dinâmico tanto entre museus do mesmo país como com os do estrangeiro, e ainda a troca de experiências e conhecimentos entre instituições da mesma área tipológica, semelhantes ou convergentes. Permite também que milhares de pessoas, que não têm possibilidades de se deslocarem fisicamente a museus, possam aceder, conhecer, interagir e aprender nos espaços museológicos que se encontram na rede global de computadores.

O espaço museológico virtual poderá facilitar a valorização de cada objeto individualmente através de exposições centradas numa só peça, o que irá permitir que se perceba que um bem cultural pode ter diferentes leituras. Este pode revelar o contexto social, cultural, político e económico em que foi produzido, se a finalidade da sua construção foi estética, funcional, religiosa ou outra, os materiais que o constituem, a sua proveniência e processos de transformação, as formas geométricas associadas, os pigmentos e a sua origem, conservação, restauro, evolução, etc. No espaço virtual esta infinidade de relações pode ser melhor entendida pois o utilizador pode ir acedendo a

diferentes níveis de informação que irradiam da peça em análise. A hipótese de ir acedendo, de forma fácil, a diferentes camadas de informação, numa exposição, é uma das principais vantagens do museu virtual, pois um museu físico devido a constrangimentos de diferentes ordens (espacial, concecional, financeira, estética, etc.), não tem capacidade para a disponibilização desta possibilidade.

A apreciação de ínfimos pormenores de um bem cultural, só é possível com recurso às novas tecnologias, pois as limitações do olho humano e as normas de conservação e segurança, não permitem a sua observação direta. Contudo isto só será possível com recurso a fotografias de altíssimo nível e software adequado. Por exemplo a observação de uma pintura num museu não possibilita a sua observação minuciosa, e quando se trata de quadros famosos a situação piora, no entanto, temos que ter em consideração que a experiência presencial da obra é única e não pode ser substituída e comparada à vivida no ciberespaço, pelo que as duas devem ser complementares.

Outra vantagem é a facilidade na atualização da informação disponibilizada e a conjugação de diferentes tipos de suportes, nomeadamente, os textos, as imagens, os vídeos e o som, que são fundamentais para uma melhor perceção dos conteúdos e imagem gráfica apelativa. De forma geral os sites tem uma navegação fácil e intuitiva, linguagem acessível e organização lógica. Este é um meio fácil, económico e de grande impacto para a difusão das coleções e da instituição junto de um vastíssimo público mundial, uma importante ferramenta de marketing, e um instrumento que permite o desenvolvimento de novos, interativos e dinâmicos projetos educativos no âmbito museológico. É, ainda, um meio que possibilita a criatividade e inovação pois é necessário pensar e projetar novas formas museológicas e museográficas que permitam superar os tradicionais espaços físicos dos museus e ofereçam ao utilizador novas experiências.

A rede global de computadores permite também a criação de lojas online dentro do museu virtual, para a venda de réplicas, publicações e outros objetos, o que permitirá o alargamento dos fundos financeiros da instituição.

Os visitantes virtuais têm outros benefícios como, poder explorar o ambiente sem necessitar de ajuda e sem ter de seguir regras, com a liberdade de escolher o que querem

ver primeiro e o que não querem ver, não tendo preocupações com os horários de funcionamento, ou de serem constantemente vigiados e sem o stress que salas congestionadas provocam, a que se acrescenta, ainda, o acesso gratuito.

Existem bens culturais que estão a ser degradados pelo simples facto de serem visitados, a recreação virtual destes com o máximo de pormenores, pode ser uma forma de contornar o problema, pois o bem poderia ser observado nos mais ínfimos detalhes, e conhecidos factos com este relacionados, sem ocasionar a destruição do original. Sabe-se que uma substituição virtual, por muito boa que seja, não é totalmente satisfatória, mas se forem explicadas as razões da alternativa certamente que serão compreendidas.

Apesar de a Internet representar um vastíssimo campo de oportunidades para os museus estes, ainda, não aderiram em massa a este novo meio de mediação com o público. E uma grande percentagem dos que têm sites não explora as suas reais potencialidades, pois os seus conteúdos resumem-se à informação sobre a instituição, à história do museu, as breves referências às coleções, a algumas fotografias e às atividades desenvolvidas, o que é comparável aos tradicionais folhetos de divulgação.

2.1.3 - Desvantagens e aspetos a ponderar e a melhorar

É evidente que tudo tem duas vertentes e no caso dos museus virtuais não existem só vantagens também existem desvantagens, o que é bom pois ajuda a refletir sobre o que é e como se quer esta nova instituição, levando a progressivos melhoramentos no seu formato e conteúdos.

Por enquanto as novas tecnologias promovem experiências individualizadoras em detrimento do grupo, o que é negativo por não permitir experiências de sociabilidade, mas estamos em crer que no futuro será possível viver uma experiência museológica virtual com a família ou com os amigos à volta de um novo equipamento que permite a interação entre pessoas e conteúdos museológicos virtuais. Acredita-se mesmo que venha a ser possível a interação simultânea entre pessoas de diferentes partes do mundo, como se fossemos a uma instituição física e encontrássemos visitantes de vários países, com a vantagem que o museu virtual irá possibilitar a interação direta entre os seus utilizadores, por exemplo, através de interesses comuns de âmbito museológico. Isto

não acontece numa instituição física pois a nossa cultura não nos permite a abertura para interpelarmos e interagirmos com os outros visitantes, a não ser que isto fosse promovido através da mediação institucional, o que é difícil pois cada visitante tem expectativas, motivações, tempo e bagagens culturais muito diferentes o que poderá constituir um impedimento para esta aproximação entre públicos.

Outra desvantagem que os museus virtuais podem vir a ocasionar é a regressão das audiências dos museus físicos, no entanto, como anteriormente já se referiu, este não parece ser um cenário possível pois o apelo dos objetos físicos é muito grande.

Mas uma verdadeira desvantagem é a facilidade de construção de museus virtuais o que levará a que qualquer pessoa sem formação na área museológica possa criar um, podendo levar a um descrédito generalizado da instituição. Para evitar esta situação é necessário, que o ICOM estipule com alguma rapidez mecanismos de regulação de qualidade, de legitimidade e definição precisa do que é um museu virtual.

É, também, necessário encontrar mecanismos que permitam verificar se os museus virtuais são suficientemente apelativos para que o utilizador tenha curiosidade de explorar todos os seus conteúdos e adquira um conhecimento efetivo, não basta dizer que um destes museus teve alguns milhares de visitantes, é preciso verificar, se por exemplo, não foram apenas espreitar um quadro famoso e saíram rapidamente. O estudo dos públicos e a compreensão da melhor forma para captar a sua atenção é fundamental para qualquer instituição museológica, mas enquanto o museu físico tem a possibilidade, se assim o entender, de inquirir os visitantes, e a partir da análise dos inquéritos melhorar a sua prestação, o virtual terá que encontrar os meios certos para saber o que está a acontecer com a informação que disponibiliza. Entender quem e porquê utiliza os espaços museológicos virtuais é essencial para que estes possam adequar o formato e o conteúdo às necessidades da procura e encontrar soluções para cativar novos utilizadores.

Numa ótica de responsabilização e de elevar o nível de qualidade do que se produz é importante saber quem é o autor e como trabalhou a informação disponibilizada, o que

claramente não é o que se verifica nos museus virtuais, Salvatore Settis⁹ refere sobre este assunto o seguinte:

“(...) normalmente insiste-se sobre a informação e muito menos sobre os processos de conhecimento; mas a informação é passiva, o conhecimento é activo, pressupõe a activação de mecanismos interactivos entre ‘destinador’ e ‘destinatário’. Falando de dados, ou de base de dados, arrisca-se a crer que o dado seja neutro, enquanto de facto não o é, e o modo como cria (ou não cria) conhecimento depende de como é estruturado e de como é apresentado. Um preocupante sinal desta pretensa neutralidade do dado, que nunca é mas ainda o é menos quando se trata de bens culturais, é que a recolha de dados promovida pelos museus tende a ser anónima em vez de se evidenciar quem os trabalhou, e de que modo. O resultado é que o produto do museu x (por exemplo o seu site Web) conteria mais ou menos a mesma informação independentemente de quem o tivesse construído. Pelo contrário, as escolhas culturais dos operadores determinam fortemente conteúdos e estruturas, e por essa razão deveriam ser evidenciadas, tal como acontece nos livros. Curiosamente, parece que o avanço das novas tecnologias terá atrasado o relógio da história, ao apagar o ‘direito de autor’, e com isso, facto ainda, mais preocupante, a responsabilidade ética e profissional que isso implica. Ora, todos sabem que a desresponsabilização comporta uma dramática diminuição da qualidade.”

Só é possível haver um eficiente museu virtual se além da qualidade da informação houver uma relação estreita de cooperação entre os técnicos da área da museologia (historiadores, arqueólogos, museólogos, antropólogos, historiadores de arte, ...) e os informáticos, daqui resulta que os museus devem ser construídos por profissionais qualificados e sempre com a visão que as “(...) informações de natureza museal ou cultural requer que a força motora seja o conhecimento e não a tecnologia(...)” (Settis, 2002)

2.1.4 – O virtual, sites de museus e museus virtuais

O termo virtual, etimologicamente, deriva do latim *virtus* referindo-se o mesmo à virtude, entendida como predisposição para praticar o bem. Este deu origem, na época medieval, ao vocábulo *Virtuale* ou *Virtualis* e que significaria virtude, força, potência. Para o senso comum pode ser o que se assemelha ao irreal, ao imaginário, ao possível ou outro similar, já para a filosofia pode ser algo que existe em potencial, como a semente que transporta a virtualidade de vir a ser árvore. Mas o sentido de virtual que

⁹ SETTIS, Salvatore - *O assalto ao património cultural [O património cultural entre o público e o privado]*. Coleção Gli Struzzi, n.º 554. Turim, Einaudi, 2002. Material didático traduzido e disponibilizado pelo professor João Brigola no âmbito do curso de Mestrado em Museologia.

mais interessa para o presente trabalho é o ligado ao ciberespaço e sobre isto (Lévy, 2007, p. 16) refere que:

“(...) o virtual não se opõe ao real, mas sim ao actual. Contrariamente ao possível, estático e já constituído o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objecto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a actualização. (...) A actualização aparece então como a solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado. A actualização é a criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades. Acontece então algo mais que a dotação de realidade a um possível ou que uma escolha entre um conjunto predeterminado: uma produção de qualidades novas, uma transformação das ideias, um verdadeiro devir que alimenta de volta o virtual.”

Segundo este autor o virtual apresenta-se como um problema que necessita de solução, sendo esta proporcionada pela atualização. A virtualização é considerada como uma mutação de identidade, passando esta a encontrar a consistência num campo problemático, o que faz ocorrer um círculo: a atualização encontra a solução de um problema e a virtualização desta solução gera outro problema. O virtual entendido como algo que existe em potência anuncia mudança e insere-se no domínio do latente ou possível. Para (Deloche, 2002, p.17)

“ La expresión «imagen virtual» há pasado al language corriente, no solo al de los técnicos de informática y médios de comunicación, sino también al del gran público, para quien designa una especie de percepción artificial y desmaterializada, un poco misteriosa y sobrecargada de técnica. Engloba, además, de manera más o menos confusa, esos dos aspectos tan diferentes de las nuevas imágenes que son lo digital (todo es calculable en una imagen). y la idea de síntesis (simular lo real por el sistema de recomponer y pegar).”

Para este escritor a arte é definida como *“la operación que consiste en mostrar lo sensible por médio de um artefacto”* constituindo uma relação entre o estético, o museal e o virtual. Assim sempre houve uma perspectiva virtual na arte e a relação entre o estético e o mostrar (museal) só se realiza por intermédio deste, através de um método de substituição, pois mostrar um objeto significa retirá-lo do seu contexto para o inserir, mediante um ato de designação, num novo contexto. O virtual surge como um processo de mediação e problematização dos bens culturais. Esta virtualização que sempre existiu passa agora para o campo da Net como refere na frase acima transcrita, e que vai *“ocultar la impotancia real que adquiere el concepto de virtual. Pues lo virtual, entendido como un concepto, está modificando tanto los hábitos de pensamiento y la*

manera de percibir como la manera de organizar las relaciones sociales.” (Deloche, 2002, p.17).

A criação de sites de museus teve início nos primeiros anos da década de 90 do século XX. O facto de serem tão recentes e a Internet o seu espaço de alojamento potenciam o seu crescimento, mudança, inovação, reconhecimento e valorização, que se efetuam através da rápida evolução tecnológica e da interatividade que a Web proporciona aos utilizadores. Os milhares de pessoas que interagem, constantemente, neste mundo e que tem necessidades e interrogações sobre tudo levam a um movimento fenomenal de criatividade e a encontrar as soluções pretendidas, que posteriormente geram novas interpelações e a procura de novas resoluções. Esta inteligência coletiva faz avançar o espaço virtual para realidades quase impensáveis, e conseqüentemente os museus virtuais que estão no limiar da sua vida.

Não existe, por enquanto, um consenso no que se refere às tipologias de sites de museus que se podem encontrar na Internet. Segundo Rosali Henriques¹⁰, em 1996, Maria Piacente, referiu três tipos básicos de sites que seriam: o “*Folheto Electrónico*” utilizado apenas para transmitir informações sobre o museu, como o horário, a localização e a sua história; o “*Museu no Mundo Virtual*” em que este projeta o museu físico, apresenta detalhes sobre o acervo e disponibiliza exposições temporárias que estiveram patentes em espaço físico; e o “*Museu Realmente Interactivo*” em que o principal elemento caracterizador é a interatividade com os utilizadores, tornando-se o site um complemento da instituição.

Em dezembro de 2004 foi realizado um encontro na Guatemala, organizado pelo Subcomité regional do ICOFOM (Comité Internacional para a Museologia) da América Latina e Caribe e ICOM (Conselho Internacional dos Museus) da Guatemala, em que um dos pontos abordados foi a virtualidade no campo museal. Neste âmbito ficou disposto que os museus se deveriam basear em três tipologias de sites: Museu real com página Web para transmitir informações relativas á instituição, Museus existentes apenas na Web mas baseados em objetos físicos e Museus que só existem na Web

¹⁰ Henriques, Rosali, *Museus Virtuais e Cibermuseus: A Internet e os Museus*. 2004, In http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/rosali_henriques_museus_virtuais.pdf - acedido em 25 de março de 2011

criados a partir de programas específicos de tecnologias de informação. Como se verifica o conteúdo do primeiro será similar ao do site “folheto eletrónico” anteriormente referido, o segundo é igualmente idêntico ao “*Museu no Mundo Virtual*” por se basear numa instituição e objetos físicos. O último é que diverge pois subentende-se que o “*Museu Realmente Interactivo*”, pode ser baseado num museu físico, em que a componente principal será conteúdos interativos, enquanto o referido no encontro do ICOFOM tem uma existência, apenas, virtual.

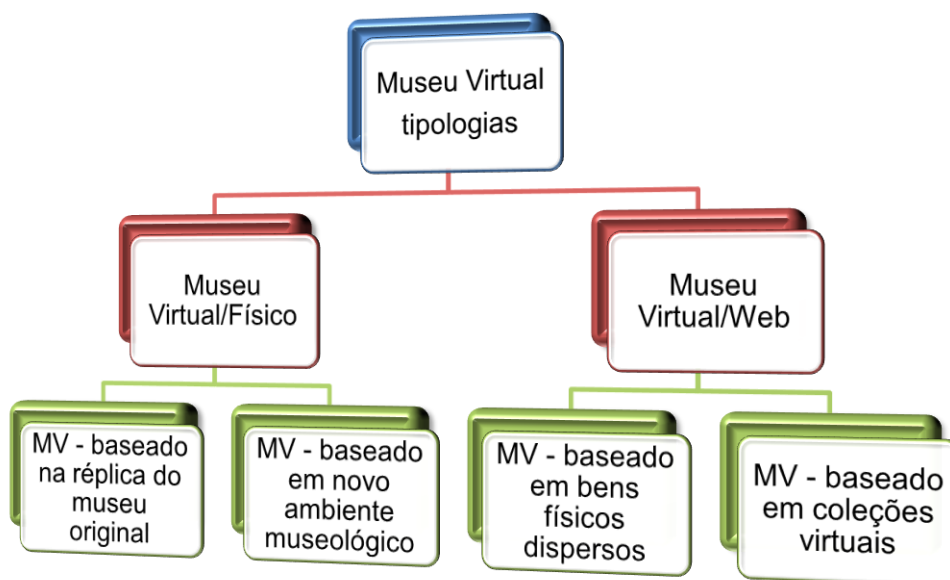
Para Schweibenz¹¹ existem as seguintes tipologias de museus: *the brochure museum*, *the content museum*, *the learning museum* e *the virtual museum*. O primeiro “O museu folheto” é um site que contém a informação básica do museu, conforme já se tinha verificado, nas situações anteriores. O segundo “O museu de conteúdo” em que o conteúdo do site é orientado para o objeto e baseia-se, essencialmente, na base de dados da coleção física. Não tem a informação estruturada de forma didática, pelo que não é acessível para todos os utilizadores, e o seu principal objetivo é mostrar detalhadamente as suas coleções. O terceiro “O museu do aprendizado” é um site que oferece diversos locais de acesso de acordo com as idades e conhecimentos dos visitantes. A informação é orientada para o contexto e não apenas para o objeto. Outra particularidade são os *links* para informações adicionais que motivam o utilizador a explorar melhor determinado assunto. O objetivo primordial é estabelecer uma ligação com o visitante virtual para que revise o museu diversas vezes. O quarto “O museu virtual” está um passo adiante do museu do aprendizado, além de disponibilizar informação acerca das coleções e da instituição, estabelece, também, conexão com coleções digitais de outros museus e não tem um acervo físico.

O curto período de vida do museu virtual, cerca de vinte anos, e as discussões que gera fazem com que surjam vozes discordantes, seja quanto à sua tipologia, designação, conceito, conteúdos, designação, vantagens, desvantagens, se pode ou não ser considerado um museu e outras problemáticas que são benéficas para esclarecer o assunto, e encontrar-se consensos mais amplos nesta matéria. No nosso entendimento o museu virtual tem apenas duas grandes áreas: o museu virtual com base em instituição

¹¹ SCHWEIBENZ, Werner. *O Desenvolvimento dos Museus Virtuais*. *Icom News (Newsletter of the International Council of Museums) dedicated to Virtual Museums*, v. 57, n. 3, 2004, p. 3.

física e o museu virtual existente apenas na Internet, pelo que faz sentido existirem apenas duas tipologias que depois se podem subdividir em subtipologias. Relativamente aos museus que utilizam o site para divulgar informação referente à instituição, não devem ser considerados museus virtuais mas apenas página de marketing. O museu virtual baseado numa instituição existente pode adquirir duas formas distintas: a primeira é ser a réplica e complemento do seu espaço físico e a outra é assumir uma dimensão diferente deste, através de novas formas de apresentação dos conteúdos, como se fosse um novo espaço museológico. O museu existente só em ambiente Web, também, tem duas vertentes: a primeira é ser baseado em bens físicos e a segunda em bens virtuais sem existência material. O que continua a fundamentar a existência de um museu seja virtual ou físico é a sua coleção, qualquer que seja a sua forma ou tipologia.

Esquema 1: As diferentes tipologias de museus virtuais



Fonte: Elaboração própria, 2011

Exemplos de tipologias de museus virtuais

Museu Virtual baseado em novo ambiente museológico



Museu do Louvre

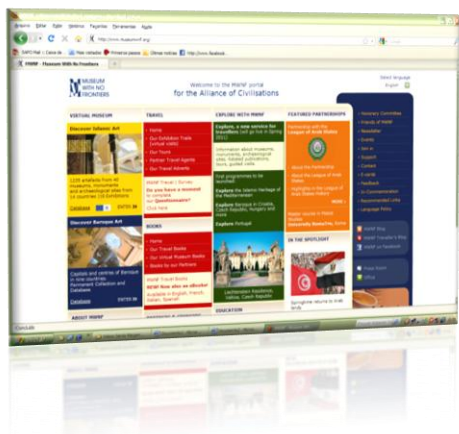
Este é um exemplo de um museu virtual baseado num museu físico mas que apresenta um ambiente museológico diferente do seu original. Os seus conteúdos são interativos e atrativos, tem apresentações áudio, filmes de animação, pequenas exposições que explicam objetos com pormenor e espaços pensados para os mais jovens.

Este museu, também, tem um ambiente diferente do seu original, aqui conhecemos um novo espaço museológico. Tem informação interativa, a possibilidade de observar objetos de forma rotativa, e exposições temporárias, que embora reportem para um espaço físico, são interessantes e apelativas. Só falha ao nível dos conteúdos para os mais jovens, pois limita-se a disponibilizar algumas fichas e a remeter para as atividades do serviço educativo do espaço físico.

Museu Nacional de Arqueologia



Museu Virtual baseado em bens físicos dispersos



Museu sem Fronteiras

Este museu referente à cultura islâmica só existe online, tem exposições interativas, conteúdos e jogos para os jovens, fichas descritivas de objetos que se encontram em diferentes museus do mundo e campos com informações muito diversificadas.

Museu Virtual baseado na réplica do museu original

Museu Nacional de Arte Antiga

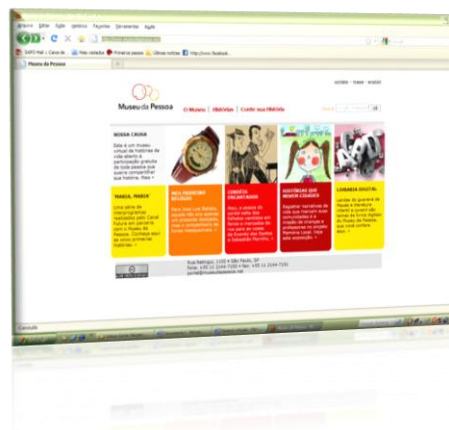


Este Museu tem uma visita virtual baseada em fotografias de 360°, disponibiliza informação diversa sobre o museu, mas não apresenta exposições e conteúdos interativos.

Museu Virtual baseado em coleções virtuais

Este museu foi criado em 1991, para registar histórias de vida das pessoas, pelo que as suas coleções se inserem no âmbito do património imaterial. Qualquer indivíduo pode contribuir com as suas memórias para enriquecer o acervo deste espaço museológico, que só existe online.

Museu da Pessoa



Considera-se que só deveria ser entendido como museu virtual aquele que prosseguisse as funções museológicas possíveis neste ambiente, e que são:

- O Inventário e documentação – Os museus online devem ter a preocupação de disponibilizar ao visitante virtual o inventário das coleções, independentemente, da sua origem, tipologia ou forma. Estas podem ser constituídas pelo inventário fotográfico dos bens culturais da instituição museológica e respetiva descrição pormenorizada e historial. Pelas imagens de objetos dispersos num território, na posse de particulares ou de diferentes instituições sejam ou não da área da museologia. O inventário e registo fotográfico destes bens e a sua divulgação permitem o seu conhecimento, valorização e sensibilização para a sua preservação e salvaguarda. Uma das preocupações suscitadas no âmbito dos museus virtuais é a substituição dos bens físicos pelas suas imagens, pois estas não podem ser sentidas e percecionadas da mesma forma. A observação presencial de um bem cultural desperta sensações e emoções que uma imagem não consegue provocar, logo uma não substitui a outra, mas as experiências vividas em ambas as situações são válidas oferecendo formas de conhecimento diferentes. As imagens também vieram democratizar a possibilidade de conhecer objetos, que a maioria da população mundial não tem possibilidade de ver presencialmente. As coleções, também, podem ser constituídas apenas por bens virtuais como por exemplo: jogos de vídeo, edifícios e espaços 3 D, arte online¹², spots publicitários específicos da Internet ou outros que existam, apenas, no mundo virtual. É certo que a sua existência se deve aos equipamentos informáticos, no entanto, foram pensados e concebidos para serem utilizados e vistos no ambiente da rede, pelo que faz sentido poderem ser colecionados da mesma forma. Se um museu físico decidisse efetuar uma destas coleções teria sempre de recorrer a um espaço virtual (Net e outros dispositivos eletrónicos) para que os objetos fossem entendíveis, pois só navegando, emergindo e interagindo se tornam totalmente perceptíveis. A documentação é importante por ajudar a conhecer melhor qualquer bem cultural, pelo que esta também deve estar presente no museu virtual;

- Estudo e investigação – A investigação e o estudo permitem identificar, caracterizar e conhecer profundamente os bens culturais e são fundamentais para o desenvolvimento de outras funções do museu. Assim, tal como são de grande relevância para a instituição

¹² Existem já vários museus virtuais exclusivamente sobre arte produzida em computador.

física também o são para a virtual, pelo que todo o objeto que for exposto num museu online deve ser precedido da devida investigação e estudo. Os museus virtuais devem ter um especial cuidado com a informação disponibilizada ao público, esta deve ser credível, com base científica, e nos casos em que sobre o mesmo assunto existam diferentes posições estas, também, devem ser expressas, para que as audiências possam desenvolver uma atitude crítica e construtiva face ao que lhe é exposto. O museu virtual deve ser uma instituição crível e autêntica, sendo esta marca de qualidade que irá ajudar a cimentar o seu reconhecimento a todos os níveis;

- Interpretação e exposição - A interpretação e a exposição são fundamentadas pela investigação e pelo estudo e é com base nestas que se dá a conhecer ao público um bem ou conjunto de bens sob diferentes formas. As exposições virtuais de qualidade tem por suporte as técnicas científicas adequadas, para que a mensagem seja perceptível e transmita um verdadeiro conhecimento aos utilizadores. Assim como as exposições físicas são cuidadosamente planeadas e construídas também as virtuais deverão ser, de forma a proporcionar uma excelente experiência aos utilizadores. Nestas o visitante deixa de ter uma atitude passiva, no quadro da qual reagia apenas à informação transmitida, e passa a participar e a interagir com o espaço. Podendo escolher o percurso expositivo, os conteúdos e os objetos que quer ver e analisar;

- Educação – Muitos museus virtuais não tem nenhuma página dedicada especificamente à educação, alguns referem apenas as atividades que são desenvolvidas pelos serviços educativos. É necessário existir uma forte aposta neste âmbito pois as novas tecnologias permitem novas formas de experienciar os objetos museológicos, como por exemplo através de jogos interativos. As atividades devem ser dirigidas a todas as faixas etárias, e não apenas aos mais jovens, dando-se especial atenção às diferentes características, necessidades e expectativas de cada uma;

- Incorporação, conservação e segurança – estas funções museológicas não podem ser aplicadas, em ambiente virtual, pelo menos da mesma forma que são utilizadas pelas instituições físicas. Neste âmbito a incorporação poderá ser entendida no sentido da introdução de novas imagens de bens culturais. Ou como a inserção de vídeos sobre património imaterial, podendo estes formar uma coleção (que não tem de ser necessariamente de bens físicos) que pode ser recolhida, doada, permutada, legada ou

comprada a particulares ou instituições, carecendo estas de uma proteção ou segurança especial para não poderem ser reproduzidas, o que levaria à desvalorização do bem original. Pelo que o site teria que ter um sistema de alta segurança para proteger os seus conteúdos contra os vândalos e os roubos. Os museus virtuais devido à possibilidade que apresentam de interação e apresentação de conteúdos em diferentes níveis ou patamares são um instrumento com vantagens para a divulgação, exposição e apresentação do inventário do património imaterial, que pelas suas características podem ser melhor apreciados neste ambiente;

Relativamente à segurança pode ser feita no sentido de proteger os dados dos museus virtuais contra os vírus e *hackers*, para o que deverá ser utilizado um bom software de proteção. No que respeita à conservação das peças pode-se utilizar este meio para sensibilizar os utilizadores da necessidade da sua preservação e a forma adequada de o fazer.

Esquema 2: Funções museológicas que o Museu Virtual deve prosseguir



Fonte: Elaboração própria, 2011

A Internet está a proporcionar novas formas de ver e entender os museus, possibilitando que sejam efetuadas novas experiências museológicas, que podem ser levadas tão longe como a evolução da própria tecnologia. Quando se refere que as funções museológicas são importantes não se trata apenas de ficar agarrado às formas tradicionais de

tratamento dos acervos ou de transpor as qualidades das instituições físicas para as virtuais, mas de perceber que deve haver um mínimo de qualidade científica nos conteúdos destes museus.

Presentemente, existem profissionais que se interrogam se os museus virtuais satisfazem os utilizadores com as experiências que proporcionam, se correspondem às suas expectativas e se respondem às suas necessidades. O museu tem de ser pensado tendo em conta o seu público-alvo, pois os conteúdos não podem responder às necessidades de todos. Para se construir um museu dirigido a amplas audiências é essencial que os mesmos conteúdos sejam apresentados sob diferentes formas. Deve-se efetuar investigações e estudos para melhor entender e dar resposta ao que pretende o visitante virtual.

A usabilidade dos sites de museus é importante na medida em que podem fazer a diferença entre captar o utilizador ou afastá-lo definitivamente. Assim é essencial que o design do interface permita uma navegabilidade acessível, lógica, simples e rápida, o que não é fácil pois coloca grandes desafios aos designers devido ao ponto de equilíbrio que têm que encontrar entre os conteúdos que é necessário transmitir, de forma rápida e eficiente, e a indispensabilidade de um design apelativo.

Segundo refere Rute Muchacho¹³ a partir de um estudo realizado, em 2004, por Paul Marty e Michael Twidale, podem ser distinguidos cinco sites de museus com características diferentes no que concerne à sua usabilidade:

- “1 - Nos museus virtuais com uma quantidade exagerada de conteúdos disponíveis os profissionais dos museus pretendem disponibilizar o máximo de conteúdos possíveis, o que gera uma grande quantidade de informações e aplicações muito extensas e complexas. Demasiados conteúdos podem confundir os utilizadores que muitas vezes procuram uma informação específica e deparam-se com uma multiplicidade de conteúdos, abandonando a aplicação por não se considerarem capazes de a utilizar.*
- 2. Nos museus virtuais com um design bastante elaborado, muitas vezes os designers que os projetaram estavam mais preocupados com o lado artístico do interface e não com a sua usabilidade. Por vezes o lado artístico pode confundir e distrair o utilizador desviando-o do objectivo que o levou a consultar um museu virtual.*

¹³Rute Muchacho – Museus virtuais: A importância da usabilidade na mediação entre o público e o objeto museológico <http://www.boacc.ubi.pt/pag/muchacho-rute-museus-virtuais-importancia-usabilidade-mediacao.pdf> - acedido em 3 de abril de 2011

3. Os museus virtuais com um interface que estimula a exploração do espaço expositivo virtual, muitas vezes estão desenhados para incentivar no visitante o seu espírito exploratório, tal como no museu físico. Estas aplicações desencorajam o visitante que procura uma informação específica e é forçado a percorrer um determinado percurso imposto pelo espaço museológico virtual.

4. Nos museus virtuais que são projectados pelos próprios profissionais dos museus, estes não se apercebem que estão a utilizar directrizes de acordo com os seus conhecimentos museológicos. O utilizador espera encontrar termos familiares e não termos específicos do processo museológico.

5. Nos museus virtuais que existem como um complemento ao museu físico o interface é criado com o intuito de complementar o espaço físico. Os visitantes virtuais consultam toda a informação que pretendem antes ou depois da visita física, onde puderam encontrar informações extra. A visita virtual é na realidade um complemento à visita física.”

Assim verifica-se que os museus virtuais têm que ser muito bem ponderados para evitarem os constrangimentos apontados relativamente à sua usabilidade, pois é fundamental que a transmissão da mensagem não seja impedida devido a estes problemas técnicos.

2.1.5 - Definição de museu virtual

Os museus apresentam diferentes facetas que dependem das temáticas que tratam como por exemplo a arte, a história ou a ciência. Pelo que uma definição de museu não consegue incluir todos os aspetos das diferentes instituições museológicas, assim, por norma, utiliza-se uma noção mais generalista que englobe as características comuns entre eles.

Por enquanto não existe uma definição de museu virtual comumente aceite, devendo-se isto ao seu aparecimento recente e por implicar novas formas de olhar a museologia, o que suscita dúvidas e diferentes interpretações. Assim, para se encontrar uma noção geral de museu virtual é necessário encontrar as principais particularidades desta nova instituição¹⁴. Segundo Hotpman, referido por Werner Schweibenz¹⁵, a principal

¹⁴ Alguns autores utilizam o termo instituição para diferenciar um museu físico de um virtual, no entanto, considera-se que esta designação também pode ser aplicada aos museus virtuais que não têm paredes, mas que foram fundados e organizados dentro dos mesmos pressupostos que as instituições físicas.

¹⁵ SCHWEIBENZ Werner (professor adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Saarland, Alemanha), *The “Virtual Museum”: New Perspectives For Museums to Present Objects and Information Using the Internet as a Knowledge Base and Communication System*, 1998, pág. 188. in http://informationwissenschaft.org/download/isi1998/14_isi-98-dv-schweibenz-saarbruecken.pdf - acedido em 5 de abril de 2011

característica deste museu é a conectividade, pois é a qualidade que lhe permite transcender as capacidades do museu tradicional na apresentação da informação. Podendo esta ser realizada de diferentes formas, como por exemplo, na exibição de representações digitais de obras de arte, em que se podem colocar ao lado de um quadro trabalhos comparativos do mesmo artista, artistas que o influenciaram, obras do mesmo período ou dentro do mesmo estilo e que se encontram espalhadas pelo mundo em diferentes museus. Isto não é fácil de conseguir num museu físico pois implicaria uma série de complexos trâmites burocráticos, o transporte de obras de arte de diferentes localizações geográficas e elevados custos financeiros.

Ainda, segundo Hoptman o museu virtual põe em evidência as limitações que o museu físico tem na apresentação dos bens culturais e da informação, assim:

“O conceito do Museu Virtual demonstra como as limitações impostas pelo método tradicional de organização e apresentação de informações pode ser superado no contexto das visitas a museus. Em poucas palavras, o Museu Virtual oferece vários níveis, perspectivas e dimensões de informação sobre um determinado tema: não apenas fornece multimédia (impressos, imagens visuais através de fotografias, ilustrações ou vídeo e áudio), mas, mais importante, proporciona informações que não foram filtradas através destes métodos tradicionais”¹⁶

Mas a conectividade é mais de que associar diferentes bens culturais é, também, dar a oportunidade aos visitantes virtuais de puderem optar, tendo em conta os seus interesses particulares, por diferentes temáticas e explorá-las num diálogo interativo. Existe cada vez mais uma preocupação em ir ao encontro das expectativas e interesses do público, a atenção dos profissionais dos museus deixou de estar centrada quase exclusivamente nas coleções, para virar-se também para o que quer e necessita o visitante.

Werner Schweibenz levando em conta as considerações de Hoptman e outros autores define museu virtual como:

“(...) uma colecção de objectos digitais relacionados logicamente, compostos de variados suportes, e devido à sua capacidade de proporcionar conectividade e vários pontos de acesso, permite-lhe transcender os métodos tradicionais de comunicar e interagir com os visitantes, sendo flexível em relação às suas necessidades e interesses, não tem um lugar ou espaço real, e os seus objectos e as informações associadas podem ser disseminados pelo mundo.” (Schweibenz, 1998, p. 191).

¹⁶ (Hoptman 1992, p. 146) citado por SCHWEIBENZ Werner in *The “Virtual Museum”: New Perspectives For Museums to Present Objects and Information Using the Internet as a Knowledge Base and Communication System*, 1998, pág. 189. http://informationswissenschaft.org/download/isi1998/14_isi-98-dv-schweibenz-saarbruecken.pdf

Este autor além de referir a conectividade possibilitada pela Internet, que permite novas abordagens museológicas assim como a possibilidade de ser acessada em qualquer parte do mundo, assinala a particularidade de se poderem efetuar diferentes interpretações de uma mesma temática para que estas vão ao encontro das necessidades e interesses de uma gama muito variada de utilizadores.

Gary Karp¹⁷ no seu artigo “A legitimidade do museu virtual” (*The legitimacy of the virtual museum*) define museu virtual como “(...) *uma poderosa metáfora que pode ser aplicada para a apresentação da actividade criativa, assim como repositório de conhecimento.*”, e refere, também, que para se verificar a sua legitimidade é preciso primeiro reconhecê-lo como tal, e um museu é, essencialmente, o que o público aceita como museu e o que a comunidade profissional reconhece como tal. Assim, para este autor o museu virtual para ser legítimo necessita de um reconhecimento generalizado da população e dos profissionais da museologia, e tal como o museu físico tem um conceito assumido pelo ICOM¹⁸, também este deverá ter um. Contudo reconhece a utilidade da Internet para os museus e é da opinião que a comunidade museológica deve aproveitar este potencial em vez de o travar.

Apesar de, ainda, não existirem consensos generalizados quanto ao que é ou não é um museu virtual, este é um problema que será ultrapassado, pois neste momento existe uma forte tendência para efetuar comparações entre o físico e o virtual e as vantagens e desvantagens que trazem para a museologia. No futuro o museu virtual irá ser reconhecido como uma instituição com uma entidade própria que se tornará inquestionável. E não será visto numa constante confrontação com os museus físicos, mas como um espaço museológico com características específicas inerentes ao mundo que lhe dá existência. Todas as questões que levanta irão ajudar a melhorar e a alterar o seu formato e conteúdos orientando-o na direção da qualidade, da legitimação, do reconhecimento e da valorização geral.

¹⁷ Citado por Carvalho, Rosane Maria Rocha de. *Comunicação e informação de museus na Internet e o visitante virtual*. In Revista de Museologia e Património - vol.I - jul/dez de 2008, pág. 84 e 85 <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewPDFInterstitial/8/4>

¹⁸ “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.” Conceito de Museu (ICOM – 2001).

Estando ainda numa fase prematura de consolidação teórica pode ser basicamente entendido como um museu sem paredes, ou tempo, construído em ambiente Web por profissionais que trabalham na área dos bens culturais (historiadores, museólogos, antropólogos, arqueólogos ou outros) e informáticos, sem fins lucrativos, de livre acesso mundial, vocacionado para o registo, gestão e divulgação de imagens de coleções físicas ou virtuais¹⁹ que são trabalhadas e expostas com diferentes níveis e perspetivas de informação, numa base de interatividade, revelando um especial cuidado nos conteúdos (informação) que disponibiliza. Devendo ter por princípio uma base científica e não tendo como objetivo substituir as instituições físicas mas revelar uma outra dimensão de compreensão e visão dos bens culturais, assim como criar museus que existam apenas no espaço virtual.

Por, enquanto, os museus virtuais são um laboratório de novas experiências museológicas e museográficas, que com o tempo irão ficar definidas com mais precisão. A evolução dos museus, especialmente, a mais recente demonstra a sua capacidade de responder e adaptar-se a novos desafios. As novas tecnologias abrem horizontes para entender o espaço museal a partir de novas perspetivas.

Por exemplo hoje já é possível, a partir de casa, visitar diversos museus em continentes diferentes apenas numa noite, como o *Art Project*²⁰ da Google que nos dá a oportunidade de visitar virtualmente museus de arte²¹ espalhados pelo mundo, entre eles o Nacional Gallery de Londres, o MoMA de Nova Iorque, o Hermitage de São Petersburgo, o Thyssen – Bornemisza de Madrid ou o Van Gogh em Amesterdão, podendo-se a partir destas, não só admirar as obras, mas também ter uma perceção muito realista do espaço físico em que se encontram.

¹⁹ Sobre as coleções virtuais ver a pág. 49 do presente trabalho, ponto 2.1.4 – O virtual, sites de museus e museus virtuais.

²⁰ O Art Project da Google é uma parceria com 17 dos museus de arte mais importantes de todo mundo que permite efetuar uma visita virtual a cada museu, estando disponíveis mais de mil obras de arte para serem visualizadas. Os utilizadores podem circular virtualmente pelas galerias e selecionar as obras que mais lhes interessam, podendo, ainda, ver algumas com grande detalhe. Este trabalho foi efetuado com recurso à tecnologia Street View que registou imagens de 360º no interior de inúmeras galerias.

²¹ <http://www.googleartproject.com>

A cada dia que passa são criados mais e melhores museus virtuais alicerçados pelos avanços tecnológicos associados à Internet e à democratização do seu acesso a nível mundial, o que certamente irá fomentar debates sobre este assunto e a necessidade da sua regulamentação a parâmetros uniformes de qualidade, assim como a definição da sua natureza.

2. 2 - O Museu Virtual de Santa Margarida da Serra – principais características

Quando se observa o território e a comunidade de Santa Margarida da Serra, quase parados no tempo e praticamente esquecidos na serra de Grândola, surge a interrogação: um museu virtual (entidade estranhíssima neste ambiente) poderá ultrapassar estas barreiras e construir uma ponte entre o passado, o presente e o futuro e espalhar-se por este espaço, envolver e dinamizar a população e o património de forma a promover o seu desenvolvimento?

É um projeto ambicioso e nada fácil de concretizar, contudo, apesar dos obstáculos é possível realizar alguns objetivos como a salvaguarda e divulgação da identidade, memória e património desta comunidade. A revitalização deste território e a atração de novos habitantes serão bem mais difíceis de conseguir, embora não sejam impossíveis. Podendo o museu virtual atuar como uma força centrífuga, gerando um afluxo de visitantes que levarão à necessidade de construir infraestruturas para o seu acolhimento e alojamento, proporcionando oportunidades de empregos, o que seria o começo para o desenvolvimento da localidade e fixação de pessoas.

Os museus são considerados fatores importantes para o desenvolvimento de localidades e regiões, por serem espaços dinâmicos direcionados para ações culturais atrativas, conhecimento e fruição do património. Quando as instituições museológicas extravasam as paredes e abrangem uma região, como no caso dos museus de território, estamos perante uma atitude de compreensão, estudo e valorização global de um determinado espaço e da sua comunidade. A fragmentação da informação diminui, ampliando-se a noção de conjunto e entendendo-se a interligação entre tudo. A compreensão do território e da sua dinâmica e as transformações que nele ocorreram ao longo do tempo

são importantes, também, para perceber a forma como a população interagiu com o seu meio ambiente, e como isso determinou o seu percurso e identidade.

O museu virtual de Santa Margarida da Serra será desenvolvido dentro desta vertente museológica virada para o território, pois o objetivo é dar a conhecer e valorizar o património material, imaterial e natural da freguesia. Dentro das tipologias de museus virtuais definidas anteriormente este enquadra-se no museu virtual/Web, com base em bens físicos dispersos, querendo isto dizer que não é fundamentado numa instituição física, existindo apenas na Internet, e que os bens culturais que integram as suas coleções encontram-se espalhados pela região e são pertença de particulares. Efetuando-se sobre estes uma contínua investigação e estudo, a devida inventariação e divulgação, assim como a sensibilização para a sua salvaguarda e acondicionamento adequado. Além do cumprimento de todas as funções museológicas terá, também, por princípio, no que for aplicável, a observação das regras do Código de Deontologia Profissional²² do ICOM.

Os museus, na atualidade, têm uma grande preocupação em relação à educação, numa perspetiva de melhor passar a mensagem e de contribuir para o desenvolvimento de capacidades cognitivas, emocionais e integrativas do homem no seu ambiente social, profissional e cultural, através dos bens culturais. As novas tecnologias significam a oportunidade de utilizar formas inovadoras e eficientes de abordagem no processo de ensino/aprendizagem, pois a interatividade desperta a atenção e estimula a participação ativa do indivíduo no seu percurso de aquisição de conhecimentos. Este instrumento de mediação é muito importante pois tem inerente uma enorme capacidade de captar o interesse da sociedade atual, especialmente das suas camadas mais jovens, contribuindo para o seu sentido crítico, autoaprendizagem e desenvolvimento pessoal e coletivo. Tendo em consideração o referido, o museu virtual de Santa Margarida da Serra terá que preparar diferentes formas atrativas e interativas para comunicar com o público e fazer passar a mensagem, e isto não é válido só para o espaço do serviço educativo mas, também, para todos os espaços do site, quer se trate do inventário, das exposições ou outras informações. Este terá a preocupação de apresentar conteúdos que tenham em

²² Embora este código seja direcionado para instituições físicas e as suas atividades, haverá no futuro necessidade de estabelecer normas para a atuação de quem concebe, executa e gere os museus virtuais, de forma a evitar desrespeitos e atentados aos direitos das pessoas e do seu património. Para já existe uma regra que deve ser respeitada que é obter as devidas autorizações dos proprietários para colocar online fotografias, filmes, documentos e entrevistas.

consideração a diversidade social e cultural, assim como as diferentes faixas etárias do público.

Tendo em consideração que este museu tem que abranger um público vasto e heterogéneo, assim como o cativar para regressar diversas vezes ao espaço museológico, dever-se-á projetar um site com um design simples mas apelativo, facilmente navegável e que evite sentimentos de confusão ou incapacidade no visitante virtual. Deverá ser, também, interativo e os conteúdos devem ser trabalhos em diferentes níveis de informação, de forma a permitir um conhecimento mais aprofundado sobre os bens culturais expostos.

Este museu terá um espaço dedicado ao património móvel que esteja ligado ao património construído, imaterial, trabalhos agrícolas, comércio ou outras profissões tradicionais, atividades do quotidiano ou outros sobre os quais se disponibilizará informação “(...) que, além de evidenciar a sua funcionalidade e evolução,” permitam compreender “(...) os contextos histórico, social, cultural e económico, da sua produção e utilização. Deste modo o objecto adquirirá uma nova dimensão informativa, aumentando consideravelmente o seu interesse museológico e, em consequência, a atracção do público (...)” (Gil, 1993, p.82). O objetivo é que o visitante virtual possa aceder a diferentes patamares de informação que permitam uma compreensão global do bem cultural exposto.

Haverá outro campo para o património construído deste território, como por exemplo a igreja, os montes, os moinhos, as fontes, as tabernas, o cemitério, os caminhos tradicionais, as pontes, os lavadouros públicos, os muros de taipa, as mercearias, o depósito de água, as pocilgas ou outros abrigos para animais e os poços efetuando-se sobre estes uma pesquisa para perceber quando foram construídos e por quem, autorizações necessárias para a sua implementação, importância social, cultural, religiosa ou económica, quais as técnicas e materiais utilizados, atividades ou festas associados, quem foram os proprietários, funcionalidade ao longo do tempo (se mudou ou se manteve), pretende-se investigar e transmitir todos os factos que sejam relevantes para o seu entendimento global.

Um campo importante a criar neste espaço museológico é o dedicado ao património imaterial, que compreende, como refere (Parafita, 2010, p.22), “*todo o conjunto de manifestações e expressões de natureza intangível que têm a memória oral como meio de preservação e de transmissão*”. A intenção é efetuar o registo sistemático de um

património que pela sua condição de fragilidade, por viver apenas na memória da população mais idosa e não ter assegurada a tradicional forma de transmissão a outras gerações, a oralidade, está em risco de desaparecer. Este espaço apresentará as seguintes divisões: inventário, que se segmentará em campos diferenciados conforme a temática abordada (conhecimentos e técnicas, gastronomia, festas, contos, lendas e mitos, crenças, orações e mezinhas, expressões e canções, plantas medicinais) aos quais se juntará a imagem do património imóvel ou móvel que lhe esteja associado; exposições que remetem para diferentes níveis de informação sobre o tema tratado; e outras informações relacionadas com este assunto, como legislação, publicações, artigos, manuscritos dos informantes (com a devida autorização), excertos de textos referentes a esta temática e resultados de investigações.

Como Santa Margarida da Serra está rodeada de florestas de sobreiros, no campo do património natural será disponibilizada informação detalhada sobre a flora e a fauna características dos ecossistemas de montados, assim como será referida a importância da Herdade da Ribeira Abaixo no âmbito da sua investigação, estudo e divulgação. Haverá, ainda, um espaço com informação sobre a forma como a população desta aldeia interagiu com o seu meio ambiente e como isto moldou e influenciou a sua identidade, sendo necessário colocar em evidência a trama urdida entre o homem e a natureza e como a sua relação, baseada em atividades tradicionais, pode ter sido determinante no equilíbrio que possibilitou a sobrevivência de ambos.

Estas são as principais características do museu de Santa Margarida da Serra, no entanto, o site terá outros campos que serão desenvolvidos, no capítulo respeitante à estrutura e conteúdos do museu virtual.

Capítulo III

História e caracterização de Santa Margarida da Serra

3.1 – Localização

Santa Margarida da Serra é uma das cinco freguesias do Concelho de Grândola e situa-se a cerca de 7 km a sul desta localidade, em plena serra a 253m de altitude. O relevo não é muito acentuado e varia entre as cotas 156 e 290. Confronta a Este com a freguesia de Grândola, a Sul com as de S. Francisco e Abela e é limitada a Oeste pela de Melides.

Em território nacional está inserida geograficamente no Litoral Alentejano, com uma área de 5230 hectares. É atravessada pela estrada EM 546 e pela EN 120, sendo esta última a única que lhe dá acesso, através da serra em curvas sinuosas ladeada de vegetação. Está planeado que o futuro IP8 (Sines – Beja) cortará esta freguesia a Sul. Ao longo da EN 120 e a partir da aldeia encontram-se caminhos de terra batida que dão acesso aos montes e herdades que a compõem esta localidade.

3.2 - Resumo histórico

A informação sobre a evolução histórica desta localidade apresenta grandes lacunas, pois são escassos os documentos escritos que se conhecem e não foram efetuadas pesquisas arqueológicas, que certamente ajudariam a esclarecer algumas dúvidas.

A curta distância da aldeia existe um menir, aparentemente *in situ*, e encontrando-se também no espaço envolvente outras rochas semelhantes de menor dimensão, que provavelmente foram arrancadas quando se construiu um monte neste local. Presume-se que este conjunto teria pertencido a um cromeleque, e que terá sido utilizado com objetivos simbólicos e religiosos, por povos pré-históricos. O que não será de todo desprovido de realidade, pois além destes vestígios existem, na periferia da freguesia,

monumentos megalíticos que serviram como local de inumações, o que indica que populações da cultura megalítica habitaram nesta região.

Também os romanos podem ter calcorreado este território, especialmente, os que moravam para leste desta localidade (Tróia, Setúbal, Alcácer do Sal, Grândola, ...), e que tivessem que se deslocar até à cidade de Miróbriga, que hoje se localiza no concelho de Santiago do Cacém. De assinalar, ainda, que a cerca de cinco quilómetros, da povoação, encontra-se a barragem romana do Pego da Moura, não existindo, até ao presente, certeza do local ou locais que abastecia e qual a sua localização. Podendo-se equacionar, assim, a possibilidade de existir dentro da freguesia um centro habitacional romano que ainda não foi descoberto.

Existe, ainda, a hipótese que população de origem árabe tivesse habitado neste local pois existem aqui alguns topónimos (Alcaria, Almarjões, Açude) que levam a supor este facto. Após a reconquista aos Mouros da região a sul do Sado, na primeira metade do século XIII, a região de Grândola e Santa Margarida da Serra ficaram a pertencer ao termo de Alcácer do Sal e sob o domínio da Ordem de Santiago de Espada.

A comenda de Grândola, criada em finais do século XV, passou a incorporar esta localidade o que poderá ter sido determinante para a sua continuada ligação ao longo dos séculos ao espaço grandolense.

Na sequência da atribuição de Carta de Vila a Grândola, em 22 de outubro de 1544, foram criadas três freguesias e entre elas a de Santa Margarida da Serra, sinal de que esta reuniria os requisitos para este efeito, como possuir uma população significativa para a época e ter uma ermida que em 1513, aquando da visita do Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge, já se encontrava degradada, pelo que teria bastantes anos de construída, e em torno da qual haveria uma comunidade (paróquia) organizada, que poderia inclusive ter manifestado o seu interesse em que se criasse esta circunscrição geográfica.

A passagem a freguesia veio trazer aos habitantes locais a hipótese de participarem na vida pública do concelho, como refere (Silva, 1997, p. 45), estes “*Com excepção dos cargos de procurador do concelho e de alcaide pequeno, que exigiam uma presença*

constante na Vila, ficaram com a possibilidade de ser eleitos juizes ordinários, vereadores, almotacés, dirigentes da Misericórdia e oficiais das Ordenanças". O que veio a acontecer, pelo menos para as funções de juizes ordinários e vereadores, o que certamente permitiu que se conseguissem benefícios para esta comunidade.

Registou-se um evoluir positivo constante na população desta região, e nos séculos XVI e XVII, esta era suficiente para que houvesse duas quadrilhas²³ na freguesia. Este aumento de população não fez com que o centro da aldeia se alargasse substancialmente, pois os habitantes continuaram a viver em montes dispersos, este facto pode estar relacionado com a divisão das terras em grandes propriedades e a necessidade de grandes espaços para efetuar as lavouras e criar o gado.

A instituição da Junta de Paróquia, nesta localidade, na década de trinta do século XIX, em sequência das medidas legislativas efetuadas pelos liberais, com o objetivo de reforçar o municipalismo, não foi suficiente, aqui e em todo o país, para separar definitivamente o poder civil do religioso, o que só veio a acontecer com a Lei de separação da Igreja do Estado, de 20 de abril de 1911. Apesar do Concelho de Grândola ter à frente do seu destino, desde 1866, um grande republicano, José Jacinto Nunes, em 1910 o presidente da Junta de Paróquia, de Santa Margarida da Serra, ainda era um padre, Artur Machado da Silva Brito, que veio a ser deposto em 16 de outubro desse ano, tendo o poder passado para uma Comissão Paroquial Republicana. Ao longo do século XX as condições de vida da freguesia foram progredindo com a introdução de lavadouros públicos, da rede elétrica, do telefone, de água canalizada, da nova escola e de melhoramentos na rede viária e transportes.

3.2.1 – Evolução populacional e características

A demografia de Santa Margarida da Serra evoluiu positivamente desde o século XV até 1940, altura em que atingiu o auge com 1018 habitantes, a partir desta data verificou-se um decréscimo populacional que se vem acentuando até ao presente. Segundo os censos de 2001 existiam cerca de 300 indivíduos nesta freguesia, no

²³ Conjunto de vinte homens que zelavam pela segurança e defesa das populações contra criminosos, ladrões, e outros, por não haver à altura outros meios institucionais para este efeito. Os oficiais da câmara faziam a nomeação destes elementos e também elegiam o quadrilheiro responsável.

entanto, atualmente este número é bastante mais reduzido habitando na região cerca de 170 pessoas.

Para a evolução positiva da população, nesta região, até meados do século XX, terá contribuído as melhorias que se foram introduzindo na saúde, higiene, novos métodos agrícolas e a intensificação da cultura de cereais que levou a uma alimentação mais abundante e variada, permitindo a diminuição da mortalidade e o aumento médio da esperança de vida. A necessidade de mão de obra para cultivar grandes extensões terá, também, permitido a vinda de pessoas do exterior que ali se fixaram. Referindo-se ao Alentejo (Ribeiro, 1986, p. 98) diz que *“nesta área se notavam ainda há pouco as percentagens mais elevadas de aumento de habitantes e as mais baixas da emigração”* e que um dos fatores que teria contribuído para isto seria o *“incremento que tomaram, na segunda metade do século passado, a cultura de cereais, a economia dos montados e o plantio da oliveira”*.

Entre outros fatores estiveram na origem do decréscimo demográfico, desta zona, o esgotamento dos solos pobres desta região, depois duma intensa exploração cerealífera, a mecanização agrícola, as políticas do Estado Novo para apoio ao desenvolvimento industrial em detrimento da agricultura, as guerras coloniais e a emigração. Para fazer face às adversidades e em busca de melhores condições de vida, a população foi-se deslocando para pólos mais urbanos da região, que estavam em desenvolvimento, para o estrangeiro e para as cidades industriais de Lisboa e Setúbal, onde encontraram emprego nas fábricas. Do ponto de vista dos trabalhadores campestres estas permitiam um melhor meio de vida, promoção social, emprego todo o ano e um salário fixo, o que não acontecia nos campos em que os dois últimos fatores dependiam das condições climáticas e da sazonalidade dos trabalhos rurais. Os movimentos migratórios tiveram como consequência a diminuição das taxas de natalidade, do crescimento natural, da densidade populacional, da redução efetiva da população, do envelhecimento generalizado e aumento da taxa de mortalidade, o que culminou na situação que se vive presentemente.

Muitos destes trabalhadores regressavam periodicamente à sua terra e alguns voltaram definitivamente depois de aposentados. Quem retorna e quem se mantém são os mais idosos, pois a população mais jovem não tem, nesta localidade, recursos económicos para poder subsistir.

O centro da aldeia, onde existe uma maior concentração de casas e que em tempos foi espaço nevrálgico de todos os acontecimentos, tem hoje meia dúzia de habitantes. A maioria da população tem mais de sessenta e cinco anos, são pensionistas, alguns, reúnem-se à hora de almoço no Centro de Dia que é um espaço para comer e conviver. Pois mesmo na aldeia os montes são afastados e a possibilidade de convívio surge na hora da refeição ou durante a deslocação ao café, ou às tabernas do senhor Dimas e do senhor Agostinho.

Antigamente os montes fervilhavam de gente e nada era distante e porque a vida era muito dura, encontravam formas de minimizar esse sofrimento, através das cantigas que se entoavam a caminho do trabalho e durante a labuta que começava ao amanhecer e terminava quando o sol se punha. Todos os motivos serviam para se organizar um bailarico, momento de descontração de convívio e de namoricos.

Hoje a paisagem é marcada por montes em ruínas e pelos, poucos, que sobreviveram aos anos e ao abandono. Ainda há vida em alguns deles, trata-se de pessoas que não tiveram meios para se instalarem na aldeia ou na vila de Grândola e alguns estrangeiros, sobretudo alemães, que aqui se instalaram a partir de 1986. Para os que têm uma idade avançada a distância e a solidão, das suas habitações, torna-se um fardo muito pesado para carregar. E existem, ainda, alguns que foram recuperados e que são habitados em fins de semana ou durante as férias.

Santa Margarida da Serra caminha a passos largos para o despovoamento e para a perda de uma identidade cultural única, que foi construída ao longo dos séculos por todos aqueles que a habitaram e que criaram códigos e regras associados ao seu modo de ser e de estar perante a vida.

Não será fácil ultrapassar esta situação, pode-se, no entanto, começar por estudar mais profundamente a localidade e as suas gentes, os seus hábitos e costumes, a forma de pensar e agir, e auscultar o que consideram que pode ser feito para melhorar a situação. Só trabalhando diretamente com a população e indo ao encontro das suas necessidades e interesses é possível traçar estratégias válidas que promovam o desenvolvimento e garantam a continuação desta localidade a longo prazo.

3.3 – Caracterização do território

3.3.1 – Clima

Do ponto de vista climatérico tem uma influência dominante do tipo mediterrânico que se caracteriza pela irregularidade, ou seja, por frios inverniais, por uma irregular distribuição das chuvas e coincidência do período de máxima seca com o rigor dos calores estivais.

A serra de Grândola é caracterizada por um clima do tipo sub-húmido chuvoso, com grande insuficiência de água no verão, excesso no inverno e eficiência térmica reduzida.

3.3.2 - Geologia

Em termos geológicos predominam os xistos²⁴ e os grauvaques²⁵ do Carbono Inferior²⁶, parte da freguesia é, também, abrangida pela formação de Mértola, grupo do Flisch do

²⁴ Xisto - Rocha metamórfica com composições variadas, que se caracteriza essencialmente pela xistosidade. Pode ter diversos protólitos, dando assim origem a xistos com características mineralógicas diferentes, havendo predominância dos filossilicatos. Resultam de metamorfismo em rochas que podem variar desde basaltos a rochas plutónicas ou até pelitos.

A forte xistosidade que o caracteriza faz com se desagregue muito facilmente segundo planos paralelos. Isto deve-se ao facto dos minerais lamelares (filossilicatos) serem bem desenvolvidos e orientados paralelamente. Dependendo do protólito, o xisto pode ser micáceo, verde, azul ou mosqueado, entre outros.

²⁵ Grauvaque - Rocha sedimentar detrítica, arenítica, constituída por grãos angulosos a subangulosos de quartzo e feldspato e pequenos fragmentos da rocha mãe. Apresenta ainda minerais máficos que lhe confere uma cor esverdeada a cinzento. A matriz tem a granularidade das argilas.

O grauvaque reflete um curto espaço de tempo entre a desintegração da rocha mãe e a deposição e sedimentação dos fragmentos. Normalmente, são característicos de ambientes marinhos, resultando intercalados com filitos, da deposição associada às correntes turbidíticas.

Baixo Alentejo que é constituída, fundamentalmente, por rochas metamórficas, de baixo grau, em que as mais representativas são os grauvaques, os xistos, os arenitos, os pelitos, e os conglomerados.

Localiza-se na Faixa Piritosa Ibérica²⁷ que se caracteriza, entre outras, por rochas quartzíticas e vulcânicas e se estende desde Espanha até ao litoral do Alentejo, onde se encontra encoberta pelas formações sedimentares da Bacia Cenozóica do Sado.

No concelho de Grândola foram exploradas as minas da Caveira e do Lousal que se encontram, também, na Faixa Piritosa Ibérica, a primeira desde finais do século XIX até à década de cinquenta do século XX (esta também já tinha sido explorada pelos romanos durante muito tempo) e a segunda desde os anos vinte até 1988. Entre 1868 e 1935 foram efetuados pedidos, na Câmara Municipal, para registo de minas situadas na freguesia de Santa Margarida da Serra. Eram minas de ferro, de manganés, de ouro, cobre e outros metais, que não se mostraram rentáveis pois foram sucessivamente efetuados trespasses das suas concessões ou foram simplesmente abandonadas.

Autores como J.T. Oliveira e J.B. Silva admitem a existência de uma bacia oceânica entre os blocos continentais Zona de Ossa Morena e a Zona Sul Portuguesa, que no Carbónico inferior teriam entrado em colisão, esta seria oblíqua e precedida da subdução para Noroeste da crusta oceânica sob a Zona de Ossa Morena onde se teria desenvolvido o vulcanismo bimodal da Faixa Piritosa Ibérica²⁸

A região de Santa Margarida da Serra é resultante de milhares de anos de forças geológicas em evolução, destacando-se o facto de esta região ter sido formada sob solo marinho, que a colisão de placas tectónicas e atividade sísmica fez elevar acima do nível do mar. Todas as características deste território estão a ser moldadas pelas forças

²⁶ Carta Geológica de Portugal, 1/200 000, folha 7, 1983

²⁷ A Faixa Piritosa Ibérica (FPI) é reconhecida como uma das mais importantes províncias metalogénicas de sulfuretos maciços vulcanogénicos à escala mundial. A exploração de alguns dos seus recursos iniciou-se, provavelmente, na passagem do Neolítico para o Calcolítico e estendeu-se com algumas interrupções até ao fim da ocupação Romana. Após um interregno de centenas de anos a exploração dos seus minérios reinicia-se no final do século XIX de forma mais intensa e continuada.

²⁸ Instituto Geológico e Mineiro. *Estudos, Notas e Trabalhos*. Tomo 38, Porto 1996, p. 32

terrestre desde a idade mais antiga do planeta, dando origem à morfologia da paisagem que hoje conhecemos.

As características físicas e ambientais de uma região condicionam toda a evolução que nela se desenrola desde os ecossistemas que se criam às variedades da flora, fauna e fixação e distribuição de populações humanas.

3.3.3 - Solos²⁹ e Vegetação

Os solos são esqueléticos com muito cascalho à superfície e pobres em matéria orgânica. Quanto à sua capacidade de uso predomina o tipo E, e em alguns locais o E+D, que caracterizam os solos com aptidão de uso agrícola, baixo, no caso do D, e muito baixo no caso do E. As plantações que predominam nesta localidade são as culturas arvenses de sequeiro e os olivais.

Este território é fundamentalmente caracterizado pelos montados de sobreiro e azinhal (carvalhos de folha perene e coriácea. Sobreiro – *Quercus suber* - e azinhal – *Quercus ilex*). Estas espécies desenvolveram sistemas de economia hídrica e de nutrientes como forma de superar a pobreza dos solos e a falta de água.

Os montados são, presentemente, pouco densos com a presença de matos e de pastagens naturais ou semeadas. Devido a fatores como o aumento da seca, a poluição, doenças e práticas agrícolas menos adequadas, os sobreiros na serra de Grândola estão a morrer a um ritmo preocupante. Segundo (Natividade, 1950) à medida que o sobreiro se degrada comunidades arbustivas mais tolerantes ecologicamente vão instalando-se e dominando o território.

O montado é um sistema agrosilvopastoril muito importante, tanto ao nível do ambiente como dos ecossistemas de características particulares e frágeis, pelo que devem ser efetuados todos os esforços para a sua preservação, quer ao nível governamental como dos proprietários, através da investigação científica séria e continuada, com a consequente aplicação de práticas adequadas à sua recuperação.

²⁹ Carta de Solos de Portugal, 1/1000000, de 1971 e Carta de Capacidade de Uso dos Solos de Portugal, 1/50000, de 1970

A cortiça é um produto de relevante importância tanto para a economia nacional como para a local. Em Santa Margarida da Serra o montado é o principal recurso económico para os produtores e para os assalariados rurais.

Atualmente a cortiça e a criação de gado (ovino, caprino e suíno), são o principal meio de sobrevivência desta comunidade. Até à década de 50 do século XX, a economia local baseava-se, também, na apanha de mato, na elaboração de moreias³⁰ e na sementeira e ceifa de trigo e cevada.

3.3.4 – Fauna

Os ecossistemas dos montados são caracterizados por uma riqueza e diversificação de fauna adaptada a habitats específicos e frágeis. O estudo³¹ efetuado na Herdade da Ribeira Abaixo, localizada na freguesia de Santa Margarida da Serra, permite ter uma visão geral da fauna desta região. Relativamente às aves foram inventariadas nesta herdade 73 espécies³², das quais 52,9% são residentes, 15,7% são invernantes, 20% são estivais e 11,4% são migradores de passagem. No que concerne aos peixes foram estudados os existentes na ribeira dos Castelhanos, chegando-se à conclusão que quase todas as espécies são endémicas da Península Ibérica. No caso da Boga-portuguesa (*Collares-Pereira*) é um endemismo específico lusitano, registado no Livro Vermelho dos Peixes de Portugal com a categoria de raro. É uma espécie que precisa de proteção devido à limitada área da sua distribuição – faixa mais ocidental da Península – e à sua progressiva redução.

Das treze espécies de anfíbios conhecidos no Alentejo Litoral, nove foram encontrados nesta região, estes são fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas terrestres e de água doce. Na fase adulta alimentam-se de invertebrados e são a principal presa de

³⁰ O mato depois de apanhado era depositado em filas compridas sobre o terreno, posteriormente, cobria-se com terra e queimava-se. A cinza era depois espalhada e servia como fertilizante para as sementeiras.

³¹ Estudo efetuado pelo Centro de Biologia Ambiental, em 1999, sobre a fauna do Montado da Herdade da Ribeira Abaixo.

³² Ver o anexo II do presente trabalho. Neste apresentam-se imagens da fauna do montado inventariadas durante o estudo na Herdade da Ribeira Abaixo.

alguns animais (cobras, aves aquáticas e mamíferos). Este estudo permitiu também identificar onze espécies de pequenos mamíferos, quatro insectívoros e sete roedores, que correspondem a 84,6% das que ocorrem ao sul do Tejo. O rato de Cabrera, também presente neste ecossistema, endémico da Península Ibérica necessita de proteção por ser raro no nosso país. Relativamente aos répteis são os característicos dos montados de sobro e azinho do sul de Portugal.

Nesta região a diversidade dos mamíferos de médio e grande porte é elevada, cerca de 85% das espécies possíveis. A conservação deste património natural é de extrema importância para o bom funcionamento deste ecossistema. Assim deve haver uma intervenção urgente na recuperação do coelho que se encontra em franca regressão devido a patologias e ao excesso de caça.

Verifica-se que esta região tem uma rica variedade de fauna que deverá ser preservada. A boa saúde dos ecossistemas de montado passa pela conservação de todas as espécies que o compõem, o facto de uma estar em vias de extinção pode afetar o bom funcionamento de todo o sistema, causando o seu desequilíbrio e levando a alterações drásticas do mesmo. Os estudos que estão a ser desenvolvidos nesta herdade ajudam a perceber a importância da biodiversidade, servindo também para a sensibilização da necessidade da sua preservação e como meio de alerta sobre os animais que se encontram em perigo de desaparecimento.

3.3.5 - Recursos hídricos

A freguesia é percorrida a nascente pela ribeira dos Castelhanos, que desagua na ribeira de Grândola que é um afluente do rio Sado, e a poente pela ribeira dos Cortilhões, que são os cursos de água de maior caudal deste território. Tem diversas linhas de água temporárias (secam durante o verão) que são alimentadas pela pluviosidade, as ribeiras mais caudalosas em anos de seca mais rigorosa, também desaparecem durante o período estival.

Segundo Raul Duarte³³ a existência de bancadas finas de grauvaques alternando com espessas camadas de xisto, não permite uma favorável percolação aquífera limitando-se esta às zonas onde as rochas se encontram mais fraturadas.

As características dos solos desta região não permitem a existência de aquíferos subterrâneos de grandes dimensões e que se renovem com regularidade. Assim tem sido difícil encontrar um local que tenha água suficiente para distribuir na rede pública.

Neste momento, o depósito de água da aldeia é abastecido duas ou três vezes por dia com um autotanque da Câmara Municipal ou dos Bombeiros Voluntários de Grândola. É uma situação que se tem mantido nos últimos anos, excetuando-se as épocas de maior pluviosidade que permite restabelecer os níveis de água no furo de captação.

Antigamente a necessidade de água era satisfeita por uma rede de poços e fontes que captavam a água em zonas superficiais. Como a sua localização era bastante dispersa estes eram suficientes para colmatar as necessidades para usos domésticos e regas.

A resolução deste problema poderá passar pelo abastecimento de água feito a partir de Santiago do Cacém, que ao levar água até à sua freguesia de São Francisco da Serra³⁴ irá permitir, posteriormente, que esta seja canalizada para Santa Margarida da Serra. Uma segunda hipótese que está a ser ponderada, pela Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Grândola, é a despoluição de um poço que tem um caudal que poderá permitir um abastecimento regular da população.

3.3.6 - Património construído

Localizando-se esta aldeia no Alentejo as características do seu património construído não diferem muito do que é normal nesta região. As habitações são dispersas e as casas, por norma retangulares e com pequenas janelas, construídas com grossas paredes de taipa, rebocadas com argamassa de cal e areia e caiadas. As coberturas são feitas com

³³ O Engenheiro Raul Simões Duarte elaborou o Relatório do estudo Hidrogeológico de Santa Margarida da Serra

³⁴ São Francisco da Serra situa-se a poucos quilómetros de Santa Margarida da Serra e em termos geológicos os solos tem as mesmas características, pelo que também não tem abundância de água.

vigas e ripas de madeira e telhas de canudos, antigamente não se colocavam tetos pelo que no inverno o frio entrava facilmente. Quando nestas se aplicam tetos tornam-se ótimas em termos de eficiência energética, pois as suas paredes ajudam a conservá-las quentes no inverno e frescas durante o verão. Todas têm uma grande chaminé que servia para cozinhar, fazer o fumeiro dos enchidos e para aquecimento no inverno, estas elevam-se bastante acima do telhado e algumas têm inscrições com a data de construção ou de outras intervenções e as iniciais dos proprietários.

Nesta aldeia destaca-se também o chafariz público construído em 1843, os longos muros de taipa que dividiam as propriedades e evitavam que os rebanhos invadissem as sementeiras, as fontes caiadas de branco espalhadas por todo o território e que permitiam o abastecimento de água a uma população muito dispersa. O primeiro lavadouro público construído perto de uma nascente de água, rodeado por sobreiros, e o moinho de vento edificado no ponto mais alto deste local, permitindo que o olhar se espraie através da paisagem por muitos quilómetros.

A sul da aldeia encontra-se a igreja com mais de quinhentos anos, de estilo chão e decoração maneirista nacional. Esta foi um elemento agregador em termos sociais e religiosos da população desta localidade que realizou, pelo menos nos séculos XVIII e XIX, três importantes festas religiosas: Orago (Santa Margarida da Serra), Nossa Senhora da Saúde e das Almas. Só a procissão da Nossa Senhora da Saúde se manteve até ao início do século XXI³⁵, tendo a mesma deixado de efetuar-se devido à grande redução e envelhecimento da população. No intuito de salvar este templo e a sua envolvente efetuou-se uma proposta de classificação³⁶ da Igreja de Santa Margarida da Serra.

Aqui podemos também encontrar duas típicas tabernas, uma mercearia (que já não tem fregueses mas que se mantém inalterada), a antiga escola que hoje é sede da Junta de Freguesia e o cemitério construído em 1917. De referir, ainda, que a junta de Freguesia de Santa Margarida da Serra mandou recuperar um monte, cedido por particulares, para instalar um pequeno núcleo museológico com património representativo da cultura desta comunidade.

³⁵ A última festa da Nossa Senhora da Saúde foi realizada em 2007.

³⁶ Ver anexo III - Cópia da proposta de classificação da Igreja de Santa Margarida da Serra

Capítulo IV

Programa Museológico do Museu Virtual de Santa Margarida da Serra

4.1 - Nota introdutória

Há algum tempo que as instituições museológicas são questionadas e se questionam, o que tem vindo a alterar a visão global sobre a museologia, tendo esta problemática na sua base uma sociedade contemporânea em rápida e constante mudança que tem entendimentos, conhecimentos e necessidades diversas e complexas que são alimentadas por um mundo cada vez mais globalizado e pelas facilidades de comunicação proporcionadas pelas novas tecnologias. Assim, aos museus colocam-se grandes desafios quer ao nível da sua organização e adaptação a novas realidades, quer pela definição do seu papel e missão nestes contextos de acelerada mudança. No entanto, estes continuam a ser insubstituíveis na sua vocação central de preservação, estudo, valorização e divulgação do património, o que permite a sua utilização como fator de desenvolvimento sócio-cultural.

Com o evoluir da museologia e da sua complexidade percebeu-se que só existiam vantagens em investigar, estudar e planear todos os aspetos referentes à arquitetura, equipamentos e funcionamento de espaços museológicos, quer se tratasse de remodelações ou de construções de raiz. Como refere (Hernández, 1998, p.117) programar é como *“la reflexión lógica que debe preceder a la ejecución de un proyecto”* e é esta ponderação que permitirá, baseada em muitas áreas do saber, evitar a concretização de espaços desadequados e que não possam cumprir todas as funcionalidades pretendidas.

A Programação Museológica de um museu físico tem aspetos diferentes da de um museu virtual, para este não será necessário pensar-se no projeto arquitetónico e funcionalidades, na climatização, na iluminação, nos equipamentos eletrónicos, sistemas de segurança, etc., mas existe a necessidade de se efetuar uma reflexão sobre os vários

aspectos que o compõem e como se interligam entre si. Assim, no presente programa serão especificados além da natureza, missão e objetivos as condições fundamentais para o funcionamento do Museu Virtual de Santa Margarida da Serra.

4.2 - Natureza do Projeto Museológico

No panorama nacional têm surgido museus com a preocupação de olhar para um território como um todo, e não só para alguns aspectos que por norma são considerados mais relevantes, constituindo-se como espaços de representação do património natural e cultural de uma região. Para estes a história, as tradições, os saberes, os hábitos gastronómicos, os objetos do quotidiano, os bens imóveis, os contextos, a paisagem construída pelo homem e a natureza representam valores que se complementam para o conhecimento mais aprofundado da identidade de uma comunidade e do seu meio ambiente. O museu virtual de Santa Margarida da Serra seguirá o mesmo conceito assumindo-se como um espaço dinâmico e de conhecimento permitindo a preservação da memória e do património local. No cenário nacional e mesmo internacional este é um museu que assume alguma singularidade devido aos objetivos que se propõe alcançar a partir do mundo virtual.

4.3 - Missão/Vocação/Objetivos

Para definir os propósitos globais e particularizar uma instituição museológica será necessário especificar a sua missão, vocação e objetivos.

Como refere (Lord; Lord, 1998, p.16) “*La declaración sobre la misión dirige nuestra atención hacia las razones más permanentes y profundas de la existencia del museo*”, assim além de expressar o seu carácter mais relevante deverá ser também breve e objetiva.

4.3.1. – Missão

A missão deste museu é a recolha, estudo e divulgação do património cultural e identidade da comunidade de Santa Margarida da Serra, preservando-os para que sejam transmitidos a futuras gerações.

4.3.2 - Vocação

A vocação do museu virtual de Santa Margarida da Serra incide sobre o património material, imaterial e natural desta região, desde o início da sua ocupação até à atualidade, sendo o mesmo objeto de estudo científico e interpretação para poder ser difundido através de exposições, debates, e programas educativos e lúdicos em espaço Web.

4.3.3 – Objetivos

Os principais objetivos são:

- Investigação e registo do património material e imaterial da comunidade de Santa Margarida da Serra, para efetuar o seu estudo e documentação, com a finalidade da sua interpretação, e divulgação através de exposições e programas educativos virtuais;
- Difusão e valorizar do património cultural e natural desta região para que venha a ser possível a sua conservação;
- Envolver a comunidade, público em geral e instituições para o desenvolvimento de ações e projetos conducentes à revitalização desta localidade;
- Criar um museu virtual inovador e apelativo mas que prossiga as funções museológicas estipuladas por lei para os museus físicos;
- Programar e inserir regularmente atividades interativas lúdicas e pedagógicas, para públicos diferentes de todas as idades;

-Promover um espaço de debate online sobre diferentes temáticas ligadas à região e à comunidade;

- Quando estiverem reunidas as condições financeiras e técnicas estruturar o site de forma a integrar os conteúdos em outros idiomas.

4.4 - Forma Legal, instrumentos de divulgação e gestão

Embora os museus físicos estejam sujeitos à autorização do Ministro da Cultura, para a sua criação, e a instrução do processo deverá obedecer ao estipulado nos Artigos 85.º a 90.º da Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, o mesmo não acontece com os museus virtuais que, por enquanto, não têm legislação que se lhes aplique.

4.4.1 - Tutela

Este é um museu particular, e como tal terá uma tutela privada, sem fins lucrativos, concebido e gerido pela autora do projeto, que acompanhará de perto a sua elaboração para que o mesmo seja executado de acordo com o estipulado no presente trabalho. Não se pretende que este venha a ser um mero espaço de divulgação de uma terra e das suas atividades, para todos os efeitos este é um museu e como tal deverá cumprir as funções museológicas estipuladas na Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto. Mesmo que no futuro este venha a ser tutelado pela Junta de Freguesia de Santa Margarida da Serra ou outra entidade deverão ficar salvaguardados, através de documento legal, todos os princípios em que o mesmo assenta.

4.4.2 - Denominação

Designar-se-á como Museu Virtual de Santa Margarida da Serra, pois reflete algumas das principais características deste projeto, como identificar claramente a comunidade e o território que abrange, que existe, apenas, no espaço virtual e que é um museu e como tal deve prosseguir as funções museológicas estipuladas por lei.

4.4.3 - Logótipo

Uma instituição deverá ter uma designação e um logótipo que a identifique e particularize no seio das outras. O reconhecimento e divulgação do museu passam, pelo estudo e construção da sua imagem, e pela conveniente difusão através dos meios de comunicação.

A imagem deverá ser original, legível em termos gráficos, consonante à vocação museológica, simples e de fácil leitura. O logótipo deve, ainda, identificar o Museu Virtual de Santa Margarida da Serra em qualquer local, e ser legível sobre qualquer suporte em que seja aplicado.

4.4.4 - Marketing

Durante muito tempo os gestores dos museus não perceberam a importância do marketing e da publicidade clássica para promoverem as instituições em que trabalham, divulgarem atividades e cativarem mais e diversificados públicos. Esta realidade está em mudança, os grandes museus do mundo já incluem esta prática como fundamental para o seu sucesso e em Portugal começa-se a tomar consciência das vantagens destas técnicas. Como refere (Serra, 2007, p.187)

“os responsáveis dos museus portugueses começam finalmente a compreender que o marketing não é um mal necessário, mas um instrumento, um poderoso meio de comunicação ao serviço da tal aceção mais convencional de divulgação. Para esta não chega apenas fornecer informação. É necessário provocar a curiosidade, fazer reflectir ou, igualmente, estimular e aproximar.”

Este é um meio que facilita a difusão da missão do museu, a sua consolidação, manter e captar públicos e o reforço da sua imagem. O museu que se propõe terá que ser inovador, ter uma imagem apelativa, reconhecida qualidade e criar atividades interessantes e cativantes, certamente este será um processo evolutivo, mas que terá como objetivo final o enunciado, só assim poderá concorrer de forma saudável e inspiradora para o aperfeiçoamento, com outros museus virtuais (concorrentes diretos) e outras atividades da Internet na área da cultura (concorrência indireta). A visita a este museu deverá ser uma experiência muito agradável e estimulante. A sua divulgação e

das suas atividades far-se-á, de forma regular, através de emails, redes sociais, e outros meios disponíveis na internet, jornais e rádio local.

4.4.5 - Plano de atividades e orçamento

O museu terá instrumentos de gestão, como o orçamento e plano de atividades, que deverá ser apresentado anualmente em espaço próprio criado para este efeito, e que terá em conta o equilíbrio e a maximização entre as ações a desenvolver e a sua rentabilidade social e cultural. No plano de atividades inserem-se as ações a serem desenvolvidas (investigação, estudo, elaboração de filmes, desenhos, textos realização de fotografias, atividades educativas e interativas e exposições), os recursos humanos e financeiros e a calendarização de aplicação. Pode, também, prever a conservação de um espaço, edifício, contexto, tradição ou objetos nos quais se baseiam as coleções virtuais do museu, pois este terá a responsabilidade, dentro das suas limitações, de as preservar fisicamente para que possam ser transmitidas às gerações futuras. No orçamento devem constar todos os custos inerentes às atividades previstas e as receitas para as suportar.

Embora não seja uma instituição com fins lucrativos, necessitará de verbas para fazer face aos custos da sua atividade e manutenção. Assim quando for oportuno e se tenha efetuado os procedimentos legais, será criada uma loja para vender produtos online criados especificamente para este museu, (entre outros poderão existir postais, objetos escolares ou do quotidiano com um designer inovador, produtos tradicionais da região, livros ou outras publicações). Haverá, também, um campo específico para a eventualidade de existirem instituições ou empresas que pretendam fazer publicidade no site do museu, e mecenato.

4.4.6 - Regulamento Interno

O regulamento interno³⁷ do museu é um instrumento fundamental na gestão de instituições museológicas, e nele deverá constar, entre outros elementos, a vocação, a missão, os objetivos, o enquadramento orgânico, as funções museológicas, o horário e regime de acesso público e a gestão de recursos humanos e financeiros. Para este museu

³⁷ Ver o anexo I - Regulamento interno do museu virtual de Santa Margarida da Serra

online será elaborado um pequeno regulamento, com os elementos enunciados, com exclusão do horário e acesso público por não se aplicar no caso.

4.5 - Coleções do museu virtual

O museu virtual não terá coleções materiais, no entanto, as que forem registadas nas reservas e exposições deste, serão baseadas em objetos ou manifestações reais existentes no seio da comunidade de Santa Margarida da Serra. Mesmo que fisicamente estas venham a ser destruídas ou a desaparecerem ficará preservada a sua memória, através do inventário, documentação, representação gráfica ou audiovisual.

Os bens móveis a inventariar são de cariz etnográfico e são aqueles que sustentam ou estão relacionados com as tradições e rituais e os processos e técnicas utilizados no trabalho, como por exemplo as atividades agrícolas, em que se podem registar instrumentos como charruas, malhos, crivos, forquilhas, enxadas, rodos, foices, cangas, colmeias, ...; a produção de têxteis em que podem ser referenciados os trajas tradicionais, ou os de uso doméstico (toalhas, naperons, almofadas, colchas, ...); os objetos de uso quotidiano (loiças, candeeiros, fogões, ferros, bilhas, ...) e a preparação do pão (tabuleiro, rodo, alguidar, tábua do pão, pá, ...) e outros que forem surgindo na sequência da investigação.

O património imaterial será alvo de cuidado especial, e será documentado através de entrevistas e vídeos, pois o registo audiovisual é o melhor meio para o seu inventário e salvaguarda, permitindo uma visão mais ampla e realista do que os textos escritos.

Como existem práticas que já não se efetuam há muito tempo só será possível documentá-las através de entrevistas ou reconstituições, que podem representar uma aproximação ao que se fazia mas já não refletirão atos naturais e realistas e os verdadeiros contextos. No entanto, continua a ser fundamental o seu registo, como forma de salvaguarda e permitindo à *posterior* efetuar o seu estudo. Sobre um mesmo acontecimento é importante ouvir diferentes testemunhas ou participantes de forma a conseguir a informação mais completa possível, pois a memória é seletiva e a forma de perceber também é diferente de pessoa para pessoa, existindo ainda a possibilidade

de serem acrescentados pormenores que originalmente não faziam parte do que se descreve, e quem conta nem se apercebe deste facto, pois é normal a memória misturar ocorrências diferentes e que podem ter acontecido em tempos divergentes ou mesmo que só foram vistas na televisão, ouvidas ou lidas.

Será, também efetuado o levantamento do património natural da região, sobretudo da fauna e da flora do montado. Os inventários irão sendo introduzidos de acordo com o avanço da pesquisa no terreno e o seu estudo. Pretende-se que o trabalho seja exaustivo no sentido de se obterem coleções completas (ex. conjunto de instrumentos necessários ao desenvolvimento do trabalho de apicultura, caiação, fabrico do pão, confeção de têxteis, ...), assim como as técnicas e os rituais que se lhes associam.

Para uma melhor gestão e organização das coleções, do museu virtual, serão estipuladas grandes áreas para os objetos móveis, bens imateriais, património imóvel e natural:

- Os bens móveis ficam divididos em quatro grandes áreas: trabalhos agrícolas; trabalhos domésticos; trajes tradicionais e roupas do quotidiano; e objetos simbólicos;
- Os bens imóveis ficam divididos em três grandes áreas: arquitetura religiosa; arquitetura civil tradicional; e arquitetura da indústria tradicional;
- Os bens imateriais ficam divididos em quatro grandes áreas: conhecimentos e técnicas; festas e gastronomia; contos, lendas, mitos, expressões e canções; e crenças, orações e mezinhas;
- Os bens naturais ficam divididos em três grandes áreas: fauna; flora; e ecossistemas do montado.

A investigação, estudo e inventariação do património cultural e natural de Santa Margarida da Serra têm como objetivos um conhecimento aprofundado a todos os níveis deste território, ajudar a perceber as transformações e apropriações do espaço por parte desta população, que conhecimentos e tradições tinham e têm e como as manifestam, e compreender que objetos construía ou adquiriam e como eram utilizados na sua vida quotidiana. No fundo é tentar entender quem é esta população e como é que ela se inter-relacionou ou relaciona com o meio ambiente e que meios e técnicas utilizou ou inventou para ultrapassar os obstáculos colocados diariamente. O

registo e divulgação das pesquisas efetuadas são outros objetivos muito importantes, pois permitem a preservação da memória e identidade deste grupo (pelo menos ao nível documental) e a sua difusão possibilita a tomada de consciência da singularidade deste património assim como o risco evidente do seu desaparecimento.

No âmbito do museu virtual, tal como nos museus físicos, os objetos serão apresentados fora do seu contexto original, pelo que o discurso museológico da sua nova apresentação se baseia na investigação e na interpretação. Assim estas coleções pretendem mostrar pequenos lampejos/fragmentos da realidade da comunidade em análise, pois não é possível representar na totalidade a natureza livre e espontânea dos gestos, da oralidade, da música, das expressividades dos rostos e dos olhares e as emoções. Assim, não se pretende apresentar a realidade mas atribuir a cada objeto uma multiplicidade de interpretações, para que sobre este exista uma leitura abrangente e que cada pessoa que o observa encontre no seu interior os sentidos que lhe quer atribuir. Pretende-se que cada bem cultural transporte o visitante virtual para a vivência e cultura da comunidade de Santa Margarida da Serra para que melhor possa entender a sua identidade e memórias. O conjunto das coleções pretende alcançar uma visão global e profunda do território e da sua população.

4.6 – Forma de aplicação das funções museológicas no museu virtual

A lei n.º 47 de 2004 de 19 de agosto estabelece no artigo 7.º as funções museológicas que os museus devem prosseguir, e que são: o estudo e investigação; a incorporação; o inventário e documentação; a conservação; a segurança; a interpretação e exposição e a educação.

Pretende-se que o museu virtual respeite e aplique as funções estipuladas na lei de forma a desempenhar um trabalho de qualidade para quem o visita. O conhecimento aprofundado das coleções permite perceber quais as melhores formas de serem utilizadas para a educação e exposição, sendo esta uma questão basilar para o funcionamento do espaço museológico. A sua gestão científica permite uma melhor orientação dos estudos a efetuar e definição precisa das necessidades da instituição.

4.6.1 - Inventário e documentação

As coleções são definidoras dos objetivos e orientações da instituição museológica sendo que todo o trabalho se desenvolve em torno destas. Assim, para a realização de um bom trabalho ao nível dos conteúdos do museu virtual será necessário proceder à inventariação e documentação de todos os bens culturais a incorporar neste. Para prosseguir parte deste objetivo foram elaboradas fichas³⁸ com as questões que se julgaram fundamentais para conseguir uma informação o mais abrangente possível.

Método utilizado – Contacto com as pessoas para saber da sua disponibilidade para falar sobre como foi a sua vida em tempos recuados. Acertado o dia, hora e local leva-se para a entrevista o rol de questões que permitirá saber quem é a pessoa, quem foram os seus pais e como foi a sua vida. Esta primeira conversa permite obter um vasto campo de informação que depois de analisado, possibilitará efetuar uma abordagem direcionada a um ou mais temas mencionados durante a mesma, de forma a recolher o máximo esclarecimento sobre estes. Para a realização destas entrevistas são sempre utilizados um gravador ou a câmara da máquina fotográfica pois é importante registar tudo o que foi dito e a forma como foi expressa. As anotações escritas só são usadas em caso do entrevistado não querer que a conversa seja gravada.

Estas entrevistas além de permitirem conhecer as pessoas com quem falamos, perceber como foram as suas vidas e como se relacionaram com o seu meio social e ambiental, também possibilitam a recolha dos termos que utilizam, a pronúncia, em síntese a forma como se expressa esta comunidade.

Inventário do património móvel e imaterial - Todos os bens culturais incorporados (através de fotografia e do inventário) no museu devem ter uma ficha de inventário o mais completa possível, nesta deverá ser registado além do número de inventário; a designação; o proprietário; a identificação física, o estado de conservação; local onde se encontra; a sua proveniência; quem o fabricou e em que circunstâncias; data da sua confeção; forma como começou a pertencer ao seu possuidor, se foi através de

³⁸ Ver o anexo IV do presente trabalho – Diferentes tipos de fichas utilizadas para entrevistas

aquisição, doação, herança, dote ou outra; para que era utilizado; que significado tinha para os seus proprietários (conferia-lhes um certo estatuto ou era apenas um instrumento de trabalho/lazer); utilizações em festas ou cerimónias; quando deixou de ser utilizado e porquê; reparações a que foi submetido; episódios relevantes protagonizados ou associados a este; entre outros; o objetivo é conhecer a sua história da forma mais profunda possível. No que se refere ao património imaterial, além de documentar os bens móveis e imóveis relacionados com este, deverão ser registadas todas as informações relevantes para o seu entendimento e salvaguarda. O inventário deve ser ainda articulado com outros registos existentes sobre o património. Embora se registem todos os dados possíveis sobre os bens culturais, estes não poderão ser disponibilizados na sua totalidade ao público, pois existem elementos de âmbito restrito que deverão ser utilizados apenas no desenvolvimento das tarefas do museu. Este sistema não é o ideal, pois os bens culturais não são incorporados fisicamente no museu, mas nas circunstâncias é o que é possível fazer, servindo o inventário realizado, pelo menos, como memória futura.

A documentação assume um papel fundamental para o conhecimento e posterior divulgação e exposição das peças. O que anima um objeto não é, apenas, o seu testemunho material da atividade humana. É, acima de tudo, toda a informação que sobre este se acumulou e que adota diversas formas de registo: escritos, gráficos, sonoros, fílmicos, videográficos e informáticos. Todos os registos têm um valor documental relevante e são eles que permitem “dar vida” a um objeto, quando se trata do seu contexto museográfico de apresentação ao público. De forma geral, é possível encontrar informações sobre determinado objeto (evolução técnica, função, técnicas de produção, estilo, época...), o que não é possível recuperar, quando não é registada, é a história inerente a cada objeto tornando-se a sua falta uma perda irreparável para o conhecimento e iluminação da sua identidade.

Solicitação de documentos - Tendo em atenção o exposto procurar-se-á no trabalho de campo pesquisar todos os elementos que contribuam para documentar os bem culturais, solicitando também todos os documentos (fotografias, textos, documentos diversos, vídeos, desenhos, plantas, ...) que o proprietário possua sobre o bem cultural.

Controlo do movimento das peças - Na normal atividade de um museu físico o controlo e o registo das ações (conservação preventiva, curativa ou restauro, exposições, circulação e outros) efetuadas sobre as peças fazem parte da rotina diária da instituição. Neste caso não é possível exercer este controlo mesmo que ele se efetuasse sobre fatores como: os empréstimos, as utilizações, as alterações de proprietário, os acidentes, as intervenções de reparação, as mudanças dentro dos compartimentos da casa ou outros, por não existir um acesso e superintendência regular sobre as peças.

4.6.2 - Investigação e estudo

O estudo e investigação assumem um papel determinante nas funções museológicas. No artigo 8.º da Lei n.º 47 de 2004 de 19 de agosto, está estipulado que *“O estudo e a investigação fundamentam as ações desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, designadamente para estabelecer a política de incorporações, identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis e para fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação”* Torna-se evidente a importância, no âmbito museológico, destes procedimentos, pelo que o museu virtual deve promover e desenvolver atividades científicas de estudo e investigação dos bens culturais.

Trabalho de campo e de secretária - Neste momento, existe apenas uma pessoa para desenvolver todas as tarefas inerentes às atividades do museu virtual, pelo que realizá-las é um processo complicado e demorado, no entanto, não deixaram de ser efetuadas. O primeiro passo é ir para o terreno e proceder à investigação solicitando logo toda a documentação relacionada com os bens culturais, posteriormente será necessário proceder à pesquisa bibliográfica referente a cada bem cultural e proceder ao seu estudo sobre diferentes perspetivas. A documentação produzida neste âmbito também deverá ser associada a cada objeto, manifestação ou atividade cultural.

4.6.3 - Incorporação

Neste museu o conceito normal de incorporação não se poderá aplicar, a não ser que um dia este venha a ter um espaço físico para acondicionamento de bens culturais, aqui este termo é mais no sentido de se ir associando sempre fotografias de novas peças às já

registadas, sendo que estas terão que ter sempre uma existência física real. Serão, também, incorporados regularmente registos de áudio e vídeo sobre património imaterial, este trabalho tem como objetivo não só atualizar a base de dados mas, também captar o máximo de informação neste âmbito.

4.6.4 - Conservação preventiva e segurança

Num museu físico a conservação preventiva abrange todo o acervo de bens culturais e não deve ser vista como uma simples manutenção de objetos. Esta concretiza-se numa série de procedimentos que se tornam complexos porque compreendem desde a manutenção exterior do edifício, ao controlo das condições de temperatura, humidade relativa, luminosidade, pragas, manuseamento, limpeza das peças e a aquisição de equipamento com as características apropriadas ao conveniente acondicionamento e exposição. Pela complexidade e responsabilidade das tarefas a desenvolver neste âmbito, deverá ser um serviço executado por pessoal especializado ou sobre a sua orientação.

Sensibilização para a conservação - No museu virtual estas tarefas não podem ser aplicadas, mas o trabalho de campo poderá ser orientado para a sensibilização dos proprietários sobre as formas adequadas de ação sobre as peças. Isto poderá ser efetuado através de conselhos transmitidos oralmente, folhetos, ou ações conjuntas em que se reúnam os donos e a população em geral, para com recurso à projeção de vídeos, PowerPoint e debates se dar a conhecer os procedimentos para a conservação dos objetos. Certamente que se conseguirá um outro olhar sobre os bens culturais, havendo mesmo quem os comece a valorizar e a preservar aplicando-lhes os cuidados essenciais. Durante estas ações serão também aconselhados a efetuarem a sua doação, depósito (explicando-se que neste caso a peça continua a pertencer-lhes) ou venda dos seus bens culturais a um museu da região, que cumpra as normas estipuladas para estas instituições.

Núcleo museológico - O ideal seria que estes bens culturais pudessem ficar na aldeia, como a Junta de Freguesia está a recuperar um monte para servir como núcleo museológico, se este reunir as condições mínimas para a conservação de peças, incentivar-se-á os proprietários para que as doem ou depositem neste espaço.

Documentação do museu - No que se refere aos suportes em que assentam as pesquisas e estudos efetuados como textos, fotografias, bases de dados, vídeos, desenhos poder-se-á aplicar as técnicas de conservação adequadas a cada material. Pois se estes se perderem devido à degradação física ou à incapacidade técnica de aceder-lhes (como poderá suceder com os elementos informatizados, se não houver o cuidado de regularmente os transferir para os novos equipamentos que surgem constantemente no mercado, pelos anteriores se tornarem rapidamente obsoletos), dificilmente serão repostos perdendo-se informação muito importante, especialmente a que diz respeito ao património imaterial e à história de cada bem móvel.

Ataques informáticos - A segurança num museu virtual também não é comparável com a que se efetua nos museus físicos, ainda assim será necessário efetuar procedimentos para prevenir a perda dos conteúdos do site, através de cópias de segurança regular dos mesmos. Sendo também fundamental utilizar programas de segurança contra *hackers* que atacam os dados dos computadores pessoais por ser cada vez mais difícil entrar nos sistemas de segurança das grandes empresas. A necessidade de proteger a informação contida no computador relacionada com o museu virtual, ou outra, terá de passar pela aquisição de bons programas de antivírus e *firewalls*, estes últimos permitem filtram todos os IP's que acedem ao computador pessoal e rejeitam os que não estão autorizados previamente para tal. Outra medida que pode ser tomada é utilizar senhas de acesso complicadas e difíceis de adivinhar e mudá-las regularmente. Outra providência simples é passar a criptografar, usando programas especiais, tudo o que se transmite pela Internet inclusive e-mails.

4.6.5 - Interpretação e exposições

A interpretação dos bens culturais baseada na pesquisa e no estudo permite-nos a sua leitura sob diferentes pontos de vista. As peças quando apresentadas através de distintos discursos museológicos e museográficos adquirem dimensões e interpretações diversas e que diferem dos seus contextos originais. Assim é o objeto como fonte de conhecimento (para o que se deverá efetuar a devida investigação e estudo), e ao qual poderá ser atribuído múltiplos sentidos, que nos permite efetuar diferentes abordagens expositivas.

Exposições de longa duração - O espaço museológico de que se trata terá patente exposições de longa duração com base nos elementos mais representativos da história e tradições da comunidade de Santa Margarida da Serra. Estas têm por base um tema central que depois será desdobrado em diferentes níveis mas sempre inter-relacionados entre si.

Exposições temporárias - são um meio para complementar as exposições de longa duração e de renovação do interesse em visitar o espaço, sendo ainda uma forma de explorar novos conceitos museológicos e museográficos e de divulgação dos resultados das investigações e estudos. Pela sua importância serão efetuadas com regularidade exposições temporárias.

4.6.6 – Educação

Educar é uma das funções que ultimamente mais se valorizou e se desenvolveu no âmbito dos museus, e sobre a qual existe ainda um longo caminho na procura dos meios e formas mais adequados para a transmissão e apreensão da mensagem. A consolidação e os desafios colocados à educação nos museus e nas instituições de carácter cultural têm levado a uma procura de conceitos e instrumentos aplicáveis à educação não formal, e que se consubstanciam em novas formas de atuação, com o objetivo de proporcionar aos visitantes e utilizadores experiências globais e frutíferas.

A consciência que a experiência museal deve permitir a construção de aprendizagens significativas e efetivas, tem levado ao reconhecimento do valor significativo dos serviços de mediação cultural e à procura das formas como os indivíduos aprendem e quais os fatores que potenciam ou inibem esta capacidade. Estes fatores têm levado ao desenvolvimento de programas informais de educação capazes de responder à diversidade de audiências e de propiciar aprendizagens efetivas.

Serviço educativo no museu virtual - Como o serviço educativo, mesmo num museu online, é reconhecidamente importante deverá este promover ações pedagógicas, lúdicas e atrativas de forma continuada, tendo como principal objetivo a diversificação dos públicos, a participação das pessoas ligadas à comunidade e a captação da atenção de

público jovem. Pretende-se que as atividades a desenvolver sejam criativas, interativas, estimulantes e pedagógicas e que despertem o interesse de diferentes faixas etárias e culturais. Embora, este seja um grande desafio e responsabilidade crê-se que é possível ser concretizado, com base na experiência que irá sendo adquirida, no aprofundamento do estudo do património cultural e natural de Santa Margarida da Serra, e no conhecimento das necessidades e gosto dos diferentes públicos.

Escolas e o museu - A ligação do museu às escolas é muito importante pelo que se irão desenvolver atividades que possibilitem a envolvência dos alunos e professores. Por exemplo, através da disponibilização de fichas pedagógicas sobre as temáticas abordadas no museu. Pode-se também elaborar, em conjunto com os professores, atividades para o 1.º e 2.º ciclo, que se enquadrem nos programas curriculares. Mas o desafio deve ir mais longe e convidar alunos de todas as idades a participar nas atividades do museu, assim anualmente será aberto um concurso sobre um determinado bem cultural que deverá ser trabalhado pelos alunos através de diferentes perspetivas e suportes como vídeos, desenhos, textos, fotografias e áudio.

Proposta para o primeiro concurso - O primeiro concurso a ser aberto poderá ser sobre uma das atividades tradicionais que a população de Santa Margarida da Serra mais gostava: as Funções. Estas constavam de noites de dança que se efetuavam nos montes. O principal objetivo desta era ajudar a magra receita da família que a promovia, os vizinhos levavam ofertas para serem leiloadas e a dona da casa fazia café, na cafeteira de barro no lume de chão, e bolos tradicionais da região, para serem vendidos noite dentro aos alegres bailarinos. As distâncias, mesmo as mais longas, não eram impedimento para se deslocarem ao local da Função, que eram sempre muito concorridas. Associada a esta tradição existem diferentes fatores e perspetivas (empreendedorismo e criatividade associados a meios de sobrevivência, relações sociais, solidariedade, tipos de diversão existentes, meios de transportes ou a sua inexistência, etc.) que importa serem estudados e investigados pelos alunos. Estes podem ser trabalhos efetuados por turmas, que serão apresentados no museu virtual para serem votados pelo público, recebendo os melhores classificados prémios e menções honrosas.

Adultos - Os públicos mais velhos não poderão ser esquecidos, assim semestralmente será colocado um vídeo, no espaço dos adultos do serviço educativo, sobre uma peça ou património intangível de Santa Margarida da Serra e uma ficha de informação sobre o mesmo, solicitando-se aos utilizadores deste espaço que com os telemóveis, máquinas fotográficas ou câmaras de vídeos produzam um pequeno filme sobre o mesmo assunto, mas referente a outro ponto do concelho de Grândola, e preencham uma ficha semelhante, para enviarem para o museu virtual. O objetivo é incentivar a investigação sobre o património do concelho ao mesmo tempo que se analisará as semelhanças ou diferenças fundamentais no âmbito do mesmo bem cultural. Os trabalhos recebidos serão expostos no museu virtual.

Encontros e debates presenciais e virtuais – Além do espaço de debate que existirá no museu virtual, poderão ser promovidos encontros, debates, conversas e troca de experiências, de forma física, por exemplo entre os alunos e a população de Santa Margarida da Serra, ou mesmo organizar passeios pedestres ou visitas guiadas a esta localidade.

4.7 - Os públicos e recursos humanos do museu

4.7.1 - Públicos potenciais

Uma das principais missões dos museus é efetuar através da sua atividade a captação da atenção, mesmo que por breves momentos, dos seus públicos, com o objetivo de pô-los a pensar sobre o que viram, ouvirem e sentiram. Como refere (Lopes, 2007, p.5) estes “*são comunidades de estranhos, efémeras e contingentes, que se formam pela convocatória de um discurso e pela apropriação reflexiva de sentido.*”, e só o seu conhecimento profundo possibilitará a elaboração de discursos museológicos e programas educativos, adequados para que possam viver uma experiência positiva e que lhes permita a abertura a novos horizontes e sentidos.

Antes da definição dos públicos alvo deveria ser efetuado um estudo prévio (que a maioria esmagadora dos museus não executa) com base em sondagens e inquéritos, mas que não será realizado no caso presente devido, a contingências humanas e técnicas.

Assim, as atividades a desenvolver serão executadas e planeadas com o objetivo de atrair alguns públicos específicos, no entanto só a avaliação dos resultados que vão sendo obtidos permitirá perceber se as ações desenvolvidas foram as mais adequadas, para atingir as finalidades.

O primeiro público – alvo a que se dirige a atividade do museu, será a população do concelho de Grândola e aqueles que mantêm alguma ligação (nascimento, parentescos, amizades) a Santa Margarida da Serra, e que se encontram a viver em outros locais. Pois serão estes que importa sensibilizar, em primeiro lugar, para o problema que o despovoamento está a provocar nesta localidade.

A comunidade de Santa Margarida da Serra não é tida como o principal público-alvo por ser constituída por pessoas muito idosas e que não dispõem de computadores e conhecimentos para acederem à internet. No entanto quando o museu já estiver online será efetuada uma apresentação pública, nesta localidade, onde através de projeção será apresentado o museu virtual.

Pretende-se, também cativar os jovens, especialmente os desta região, pois é muito importante que as novas gerações conheçam melhor os usos e costumes do seu povo e que possam refletir sobre a problemática do despovoamento e outras que forem sendo abordadas.

Os conteúdos deste museu são elaborados também a pensar em todos os que acedem ao mundo da internet e que se interessam por museologia e por património cultural e natural. Crê-se que os públicos referidos serão os futuros utilizadores do museu virtual

4.7.2 - Estudo de públicos e avaliação

Em todo o tipo de museus é importante o estudo dos públicos que os frequentam, pois o conhecimento das suas características ajudará a definir estratégias, para a preparação das atividades da instituição, conseguindo-se alcançar, assim, de forma mais positiva os objetivos delineados. Estes estudos deveriam ser efetuados regularmente, pois os visitantes habituais de uma instituição podem ir sendo substituídos por outros, ou mesmo mudar as suas motivações ou interesses. É necessário estar-se atento a todos os fatores que podem alterar positiva ou negativamente as relações entre o museu e quem o frequenta, para se encontrarem as respostas que melhor se adequam a cada situação. Os estudos permitem, ainda, perspetivar públicos potenciais e efetuar programas que possibilitem que estes se tornem visitantes reais.

O museu virtual contará com dois mecanismos para melhor conhecer os seus visitantes, um que se baseia em estatísticas associadas ao próprio programa e que permitem contabilizar as pessoas que acedem ao museu num dia, semana, mês, ano (que funciona um pouco como a bilheteira de um museu físico), e qual o país de onde efetuaram a visita. No entanto o ideal seria que este permitisse saber quanto tempo cada visitante esteve no espaço do museu, o que viu, a que horas e a partir de que localidade do país acedeu.

Relativamente ao segundo mecanismo trata-se de um pequeno inquérito que ficará na página principal e que apelará de forma atrativa a que seja preenchido. O mesmo deverá ser sucinto e de escolha múltipla por cruzinhas, pretendendo-se saber a faixa etária, o nível de escolaridade, género, áreas profissionais, nível económico e que espaços culturais costumam visitar online.

Como será necessário avaliar os conteúdos expostos, será efetuado outro pequeno inquérito com a finalidade de perceber, entre outros, que conhecimentos foram adquiridos pelos visitantes, que dificuldades encontraram na leitura e compreensão dos textos, que reações lhes provoca a composição e o desenho gráfico, e o seu grau de satisfação geral. Este estudo permitirá um continuado aperfeiçoamento dos conteúdos, ajudando a estruturar e aperfeiçoar o projeto museológico de que se trata.

4.7.3 - Recursos Humanos

A permanente evolução e complexificação das tarefas a desempenhar nos museus requer pessoal devidamente habilitado, que possa dar resposta ao serviço a desenvolver nas diferentes áreas. Devendo ser uma equipa pluridisciplinar e polivalente que possa assegurar, quando necessário, diferentes atividades, de forma a otimizar recursos humanos e produtividade.

No caso do presente museu esta situação não poderá ser aplicada, uma vez que quem projeta, desenvolve as funções museológicas e elabora os conteúdos será uma só pessoa, o que certamente implicará a existência de algumas falhas, mas que serão corrigidas logo que se tome consciência das mesmas. No mundo da internet é possível cruzar e contactar com indivíduos formados em todas as áreas do saber ou com autodidatas que poderão ajudar a esclarecer dúvidas e verificar se existem incorreções nos assuntos abordados. Para que isto seja possível será criado um fórum onde se possam debater, regularmente, diversos temas sobre museologia e o património da localidade estudada, e onde se possam efetuar críticas e sugestões.

Os museus virtuais que podem dispor, à partida, de equipas pluridisciplinares para a conceção e elaboração dos seus conteúdos, obterão resultados muito mais positivos e conseguiram estabelecer formas mais assertivas para atingirem os objetivos pretendidos.

4.8 - Estrutura do museu

A estrutura³⁹ do museu virtual não difere, no essencial, dos outros existentes na internet, será composto por uma página principal que servirá como espaço de receção e porta de acesso para as outras páginas que o constituem.

Pretende-se que a página principal seja simples e explícita e que se perceba o que poderá ser encontrado dentro de cada área. Estes campos darão acesso a outras páginas, que também, devem ter um design de fácil entendimento. Assim segue-se uma referência do que poderá ser encontrado nos campos principais e os conteúdos:

³⁹ No capítulo seguinte serão dados exemplos práticos dos conteúdos e do mapa do museu virtual.

- **Santa Margarida da Serra** – este tem a localização, o regulamento do museu e a história da localidade, dentro deste último campo poderá ser encontrado outro acesso para uma página sobre a evolução demográfica desta população.
- **Localização** – esta página é muito importante pois permitirá que quem quiser visitar a aldeia consiga encontrar com facilidade o caminho para lá chegar. Assim para que a informação seja a máxima possível terá uma ligação (link) para pesquisar a sua localização no *maps Google* e as coordenadas geográficas para quem quiser utilizar o GPS. O mapa de Portugal, do concelho de Grândola e da freguesia permitem perceber qual é a sua posição dentro destes.
- **Coleções** – Neste existirá um campo para o inventário do património móvel, dentro de cada ficha de inventário haverá um espaço para serem colocadas questões ou fornecidas informações sobre o mesmo. Os dados enviados pelo público para cada um destes espaços serão remetidos automaticamente para um único campo de receção de mensagens. Ainda, dentro deste existirá um segundo campo sobre conservação preventiva de peças museológicas.
- **Inquérito para o estudo de público** – Este conterà um pequeno questionário, preenchido por cruzinhas, para se saber a faixa etária, o nível de escolaridade, o género, as áreas profissionais, o nível económico e as preferências culturais online dos visitantes;
- **Património construído** – Inventário dos imóveis mais significativos da freguesia, ao qual serão associadas fotografias recentes e antigas;
- **Núcleos Museológicos** – Este campo servirá para mostrar espaços que poderiam ser núcleos museológicos *in situ* se fossem recuperados (moinho de vento, monte alentejano, taberna, mercearia e forno de pão). Estes pequenos núcleos museológicos virtuais serão apresentados através de fotografias, textos – informação sobre as características físicas e de uso do imóvel - e vídeos. Estes contribuíram para uma visão global do espaço e uma perceção mais clara da história, dos gestos, dos saberes e das tradições desta comunidade.

- **Património Imaterial** – Aqui serão introduzidos os dados recolhidos no terreno sobre o património intangível, efetuando-se este com recurso a textos, som, fotografias e vídeos. O registo deste é fundamental para posterior conhecimento das práticas e saberes desta comunidade.
- **Património Natural** – Este campo estará dividido em três áreas: montado, fauna e flora, para que se possa ir efetuando com a ajuda de bibliografia específica um inventário pormenorizado sobre cada espécie existente nesta área e ecossistemas.
- **Serviço educativo** – Espaço para os jogos, fichas de atividades, concursos e outras ações para crianças, jovens e adultos que será interativo e dinâmico. Além dos jogos⁴⁰ apresentados no exemplo serão criados com regularidade outros relacionados com o património cultural e natural de Santa Margarida da Serra.
- **Exposições⁴¹** – Neste espaço irão ficar patentes as exposições que se forem elaborando e disponibilizando online, todas terão por base o património cultural e natural e a comunidade da aldeia em causa. Este campo conterà páginas de acesso em diferentes níveis, pois a partir do tema central pode-se partir para outras informações sempre relacionadas com este. Dentro dos temas relacionados pode-se ir explorando outras áreas que tenham ligação com os mesmos, como por exemplo: Na mercearia existem cereais à venda e sobre estes pode-se perguntar como eram semeados, as ferramentas que se utilizavam, como eram preparados os campos. Agora podemos aceder a outro nível a partir das ferramentas e questionar de onde vinham, quem as fabricava, quem as inventou, quais os materiais de que são constituídas, etc. Isto permite aceder a um sem fim de informação que num museu físico não é possível devido a limitações físicas e técnicas.

⁴⁰ Ver páginas nºs 113 e 114 do capítulo V

⁴¹ Ver o anexo V do presente trabalho - Os vídeos apresentados nas páginas de exemplo foram gravados em CD e colocados em anexo.

- **Plano de atividades anual** – No início do ano civil será divulgado o plano de ações que se pretendem desenvolver, com a devida calendarização e os recursos humanos e financeiros associados.
- **Loja** – Esta página só estará disponível quando se tratarem as questões legais relativamente às vendas online e se conseguirem verbas para mandar fabricar os objetos;
- **Espaço de debates** – Nesta página funcionará um fórum em que todos possam participação. Mensalmente será escolhido um tema, enquadrado no âmbito das temáticas abordadas no espaço do museu, para que possa ser debatido e assim aprofundar-se o conhecimento sobre o assunto.
- **Centro de documentação** - Será constituído por fotografias, vídeos e documentos resultantes das investigações e dos estudos diretamente relacionados com todas as atividades do museu, e outras obras no âmbito do património material, imaterial e natural. Quem estiver interessado em aprofundar os conhecimentos, sobre as temáticas abordadas, poderá fazê-lo através deste fundo documental.
- **Publicidade** – Será efetuada a divulgação das empresas e instituições que colaborem ou ajudem o museu;
- **Contactos** – Correio eletrónico e telefone.

Este museu para ser conhecido não basta ser colocado online terá que se efetuar um trabalho de divulgação sistemática noutros meios de comunicação e através da Internet.

4.9 - Avaliação e alterações do Programa Museológico

O Programa Museológico do museu virtual deve ser regularmente avaliado, efetuando-se reajustamentos de conteúdos ou modificações consideradas pertinentes, para se otimizar a sua concretização em todos os aspetos.

Capítulo V

Estrutura, mapa e conteúdos do museu virtual

Neste capítulo não se pretende mostrar o museu virtual de Santa Margarida da Serra na sua versão final, mas apresentar exemplos práticos do que poderão vir a ser os conteúdos a introduzir. O desenvolvimento global deste site necessita de mais tempo de investigação e estudo, para que o espaço museológico a construir tenha qualidade no que se refere à informação.

Nas folhas seguintes encontram-se algumas páginas com informação e um design gráfico simples, cujo objetivo é a apresentação do aspeto geral que poderá ter este espaço museológico. Como é evidente a sua configuração sofrerá algumas alterações quando forem construídas as páginas do site do museu virtual.

No sentido de viabilizar este projeto foi contactada a Junta de Freguesia de Santa Margarida da Serra, embora este tenha despertado bastante interesse não existe até ao momento uma decisão final que, eventualmente, se prenderá com os escassos recursos financeiros desta pequena autarquia. Para o caso desta hipótese não ser possível já estão a ser ponderadas outras saídas para a construção do museu virtual: contactos com outras entidades para a apresentação deste, ou a frequência de um curso de elaboração de sites para se aprender como executá-lo.

Para uma melhor perceção da estrutura do site sugere-se a análise do mapa do site, pois este permite ter uma visão geral dos campos existentes no museu virtual e perceber quais são e como estão organizadas as diferentes áreas dentro dos mesmos. Este é, ainda, fundamental para uma pesquisa mais eficiente dos temas que se pretendem consultar, especialmente, nos casos dos utilizadores que procuram apenas um assunto concreto e não querem perder tempo ou não têm paciência para investigar todos os campos.

Página de entrada

Mapa do site

- ✚ **Contactos**
- ✚ **Loja**
- ✚ **Inquérito**
- ✚ **Publicidade**
- ✚ **Mapa do Site**
- ✚ **Plano de Atividades**
- ✚ **Santa Margarida da Serra**
 - Localização
 - Historia
 - Regulamento do museu
- ✚ **Coleções do património móvel**
 - ❖ **Inventário**
 - Trabalhos agrícolas
 - Trabalhos domésticos
 - Objetos de uso simbólico
 - Trajes tradicionais e roupas do quotidiano
 - ❖ **Conservação e restauro**
- ✚ **Património construído**
 - ❖ Arquitetura religiosa
 - Igreja
 - ❖ Arquitetura civil tradicional
 - Montes
 - Muros de taipa
 - Fontes
 - ❖ Arquitetura da indústria tradicional
 - Moinhos
- ✚ **Núcleos Museológicos**
 - Moinho de vento
 - Monte Alentejano tradicional
- ✚ **Património imaterial**
 - Conhecimentos e técnicas
 - Festas e Gastronomia
 - Contos, lendas, mitos, expressões e canções
 - Crenças, orações e mezinhas
- ✚ **Património natural**
 - Ecossistemas de Montado
 - Fauna
 - Flora
- ✚ **Serviço educativo**
 - Jovens
 - Adultos
 - Escolas
- ✚ **Exposições**
 - A Festa de Nossa Senhora da Saúde
 - A Mercearia
 - Os Trabalhos no Campo
- ✚ **Centro de documentação**
- ✚ **Espaço de debates**

Localização

Santa Margarida da Serra está inserida, geograficamente, no Litoral Alentejano e situa-se a cerca de 7 km a sul de Grândola, a única estrada que lhe dá acesso é a EN 120.

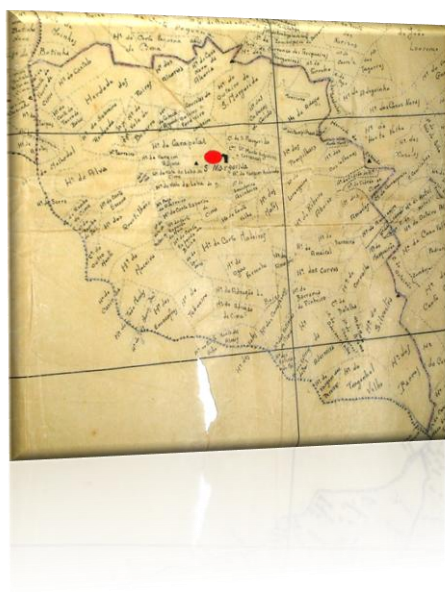
Mapa de Portugal



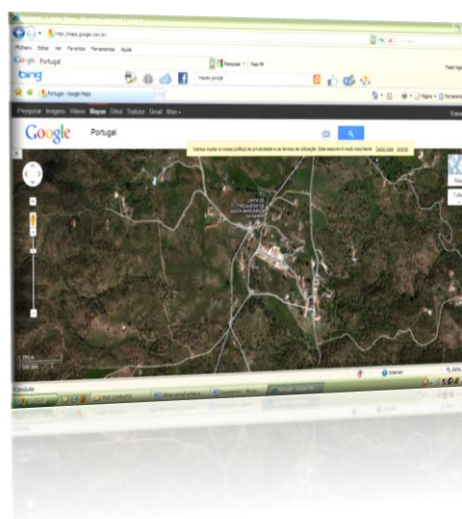
Mapa do Concelho de Grândola



Freguesia de Santa Margarida da Serra



Coordenadas
X: -40.889,276
Y: -171.867,880



[Link para o maps Google](#)

As páginas entre os números 100 e 118 encontram-se numa pasta à parte devido às suas características.

Considerações finais

Quando se convive de perto com uma realidade como a de Santa Margarida da Serra é difícil não querer fazer alguma coisa para ajudar a reverter a situação. O despovoamento do território e a idade avançada da população não é, infelizmente, uma situação característica apenas desta localidade é uma condição comum no interior do país, e poucos são os projetos planeados ou implementados para tentar travar e inverter esta tendência. Desde as primeiras reflexões sobre o trabalho a efetuar, para a obtenção de grau de mestre, o objetivo sempre foi perceber como é que a museologia poderia ajudar esta comunidade. No âmbito de uma discussão sobre que hipóteses poderiam ser seguidas para conseguir este intento, o Professor João Brigola, docente na Universidade de Évora, na altura, sugeriu a criação de um museu virtual que logo foi completamente aceite.

Estamos conscientes que este não irá resolver o problema, mas existe a certeza que irá permitir salvaguardar através do registo áudio, vídeo, fotográfico e escrito algumas memórias e os pontos mais significativos da identidade desta localidade. Manter as características originais dos gestos, saberes e tradições engendradas no seio desta população só seria possível se o seu meio envolvente continuasse igual ao que foi antigamente. Os modos de vida foram modificados por fatores exteriores como a globalização, os meios de comunicação de massas e o forte apelo da emigração, assim o que se mantém do passado são as memórias e o património cultural. A população está tão reduzida e envelhecida que já não organiza as festas e convívios, não utiliza as mezinhas, não trabalha os campos, não produz artesanato, não executa as profissões tradicionais, e mesmo os “medos” como as luzes misteriosas que apareciam, as bruxas que dançavam sobre um charco toda a noite e os lobisomens já não têm o efeito e significado de outrora.

Esta comunidade está a caminhar para o desaparecimento, pois mesmo que esta região venha a albergar tantas pessoas como antigamente, estas já não se irão rever ou apropriar das tradições da localidade, por transportarem uma cultura diferente, e a população, na sua atual situação, já não ter a capacidade de os influenciar. O que já se verifica com um grupo de alemães que aqui vive há muitos anos e também com algumas

peessoas, de outras partes do país, que para aqui vieram viver mas que não participam sob nenhuma forma nesta sociedade. A única esperança para a continuação dos traços identitários desta população seria se todos ou a maioria dos que nasceram nesta terra, ou a ela ligados por laços de parentesco regressassem, permanecessem e educassem os seus filhos aqui conjuntamente com os mais idosos.

Assim perante esta situação a urgência e a importância do registo continuado e sistemático de tudo a que a esta comunidade diz respeito é claramente evidente. Só o trabalho que se propõe no âmbito do museu, ou outro dentro do género, permitirá no futuro conhecer, pelo menos em parte, como era, o que fazia e como se inter-relacionava a população de Santa Margarida da Serra. O objetivo principal deste projeto é a preservação do património cultural desta comunidade e neste campo considera-se que poderá cumprir o propósito, sendo claro que a qualidade da sua estrutura e informação aumentarão com a experiência e o tempo necessário ao desenvolvimento de pesquisas e estudos mais aprofundados.

No que se refere ao segundo objetivo (indicado na introdução), relativamente ao museu virtual de território vir a atuar como incentivador do desenvolvimento de projetos no terreno e como instrumento de sensibilização para a necessidade de preservar e manter as principais características desta terra, considera-se que embora muito mais difícil, o mesmo apresenta algumas condições para o efetuar. Pois as potencialidades existentes nesta localidade são reais, além duma paisagem incrível que permite fazer passeios de lazer ou para conhecer a fauna e a flora dos montados, tem uma aldeia com uma arquitetura tradicional preservada, uma paz e ambiência únicas, um interessante património construído, gastronomia alentejana e tradições como a da festa de Nossa Senhora da Saúde, que podem ser recuperadas e revitalizadas para serem colocadas ao serviço do desenvolvimento local. Para que isto seja possível é necessário que turistas se comecem a deslocar a esta terra, e como o museu virtual chegará a um vasto e diversificado público é previsível que isto venha a acontecer. No que se refere à sensibilização para a preservação das especificidades da aldeia, nada melhor que um poderoso instrumento de divulgação como é a internet, e o trabalho de proximidade que se pretende desenvolver com as escolas e a população do concelho.

Para a elaboração deste projeto procedeu-se à análise do que é um museu virtual e das problemáticas inerentes. Tratando-se de uma nova visão no mundo da museologia ainda não é aceite de forma geral, não está reconhecido pelo ICOM, não tem definido um conceito e nem determinado quem devem ser os profissionais com legitimidade para os criar e trabalhar os conteúdos. É importante a rápida definição destes últimos, pois a internet permite que qualquer pessoa facilmente crie um museu virtual, e presentemente não existe orientação e exigência técnica e de qualidade no tratamento da informação.

Pretende-se que o museu virtual de Santa Margarida da Serra tenha um design simples e apelativo, de fácil navegação, com uma estrutura clara e conteúdos diretos, fáceis de entender e interativos. O objetivo é captar a atenção dos utilizadores e estabelecer com eles uma ponte em que podem contribuir para a dinamização e melhoramento do site em geral.

A grande limitação deste projeto é ser desenvolvido apenas por uma pessoa, pois a sua área de abrangência é muito vasta e necessita de um trabalho constante de investigação no terreno, estudo aprofundado e elaboração de conteúdos. Depois da consolidação do museu poderão ser estabelecidos contactos com estabelecimentos de ensino secundário e superior para incentivar os alunos de diferentes áreas a efetuarem estudos sobre Santa Margarida da Serra, até mesmo no âmbito das suas teses de mestrado ou doutoramento, com a possibilidade da divulgação, neste espaço museológico, dos principais resultados ou do trabalho na íntegra, conforme a autorização. O que certamente aumentará a qualidade do museu e o interesse por esta comunidade.

Os dados recolhidos no âmbito deste projeto poderão no futuro ajudar a perceber qual foi a evolução desta população e da sua identidade, o que se manteve e o que desapareceu e porquê. A dialética entre o que foi, o que é e o que será poderá ser estudada de forma continuada, durante longos anos, constituindo-se esta comunidade como um espaço de observação no terreno das forças que se conjugam para provocar as mudanças sociais, patrimoniais e culturais no seu seio. O próprio museu virtual de Santa Margarida da Serra pode ser constituído como um caso de estudo, para perceber a influência que um espaço museológico deste género poderá ter para a modificação de um território.